



REVISTA BRASILEIRA DE ANALISE INTERNACIONAL

UM OLHAR CURIOSO SOBRE O MUNDO

NASCIMENTO, BLEND A L. F. DO & VEILLARD, BRUNO
(ORG)

RBAI, VOL 2, N. 1 (2023)
ISSN: 2965-1727



BLENDA LARA (ORG)
BRUNO VEILLARD (ORG)

**REVISTA BRASILEIRA DE
ANÁLISE INTERNACIONAL (RBAI)**

2023

ORGANIZAÇÃO

NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca do
VEILLARD, Bruno Parreira

REVISÃO

NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca do

REVISTA BRASILEIRA DE ANÁLISE INTERNACIONAL/ NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca; VEILLARD, Bruno Parreira. Vol. 2, n. 1, Brasília, 2023. ISSN: 2965-1727.

1. Relações Internacionais – Brasil 2. Direito Internacional – Brasil 3. Cultura – Brasil.

Brasília – Brasil.

Centro de Estudos Internacionais. CNPJ 33.481.628/0001-05. SGAN 914, Mód. A, bloco B, sala 11, Asa Norte, Brasília, Brasil.



CONTEXTO INTERNACIONAL

Revista Brasileira de Análise Internacional – Prefácio do ANO 1

Um espaço para expor meu olhar sobre o mundo e informar você. Talvez deixar um legado, poder transformar tudo o que eu estudei em riqueza.

Sempre amei ler, escrever e produzir o português correto. Hoje me preocupo mais com o conteúdo que com a forma. Sou um pouco poetiza; definitivamente um espírito curioso apaixonado por quase tudo, mas preso a quase nada.

A RBAI foi criada para ser um programa mensal realizado por meio de uma rede de televisão independente, Contexto Internacional, mas que, em razão da pandemia de COVID-19, necessitou mudar de formato e se transformar em uma revista eletrônica.

Bem-vindos a um espaço de estudo e reflexão que só passou a existir por todos os que me apoiaram e quiseram estar nessa empreitada! A concepção da revista é de ser algo sério, porém um pouco mais jornalístico e acessível ao público em geral. Trazemos a opinião de acadêmicos e práticos das áreas mais variadas para debater assuntos relevantes do cenário internacional.

Agora somos uma rede de pensadores que constroem semana a semana uma revista eletrônica de Relações Internacionais e Cultura Geral.

Bem-vindos a Revista Brasileira de Análise Internacional: um olhar curioso a respeito desse nosso planeta mutante!



CONTEXTO INTERNACIONAL

**Revista Brasileira de Análise Internacional
– Prefácio do ANO 2**

Estamos felizes por apresentar o segundo ano da revista, trazendo textos acadêmicos com análises profundas sobre nossa realidade internacional.

Nesse volume pudemos contar com artigos selecionados por meio de edital, vindo a enriquecer nossa produção acadêmica!

Agradecemos a leitura!

Blenda Lara e Bruno Veillard

Sumário

FERREIRA, Tuany Karla. A voz dos Esquecidos: Um olhar decolonial sobre o Discurso da Memória de Andreas Huyssen (2000)..... p. 6

JOÃO, Dickson. Diplomacia Pública - Desmerecimento dos Estados ou Maior intervenção dos Atores Não-estatais.....p. 19

VENTURA, Destino. As relações de poder no sistema internacional atual com a Guerra entre s Ucrânia e a Rússia.....p.41

VEILLARD, Bruno. A Sociologia dos Movimentos Sociais e a Sociologia Política Internacional.....p. 57

A voz dos Esquecidos: Um olhar decolonial sobre o Discurso da Memória de Andreas Huyssen (2000)

Karla Tuany Ferreira¹

Resumo

O presente artigo visa elucidar o lugar de fala da América Latina em sua luta política, econômica, cultural e social. Através do ponto de vista de algumas epistemologias, a América Latina acaba sempre em segundo plano no cenário internacional. Vimos por meio das demais de correntes teóricas acadêmicas, que a cultura eurocêntrica é o ponto central e também é vista como detentora do conhecimento e do saber. Desta forma, este artigo aborda a temática do alemão Andreas Huyssen no qual teoriza a respeito da memória da sociedade como forma de representatividade das lutas políticas. Para ele existe um entrelaçamento de passado, presente e futuro, onde tudo está interligado (o presente é apenas a personificação das memórias passadas). A América Latina desde a sua base histórica, é vista como uma terra “descoberta” e colônia dos europeus. Partindo disso, as violências amarradas a nossa história são inúmeras e o seu eixo principal é a classificação racial.

Palavras-chave: América Latina; Decolonial; Memória; Violência.

¹ Bacharela e especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Introdução

A América Latina foi e continua sendo um cenário de violências e opressão para seus conterrâneos. Para que essas violências sejam descritas de forma concernente ao ocorrido, é preciso olhar através das lentes do colonizado e não pelo colonizador, como sempre ocorre. Para que isso seja possível, o decolonial entra e problematiza o objeto de estudo, elucidando assim a visão de quem sofreu e sofre as constantes violências causadas pelo Estado, pela sociedade e pela política.

A corrente do decolonial vem para dar lugar de fala a aqueles que a tiveram suas vozes abafadas ao longo da história, e então, essa corrente mostra a perspectiva dos povos colonizados na América Latina. Para pautar essa discussão, o presente artigo traz como objeto de análise o ensaio “*Passado Presente: política, mídia, amnésia*” da obra de Andreas Huyssen (2000) intitulada como “*Seduzidos pela Memória*”.

A obra citada, contém diversos ensaios do autor que abordam a temática do Discurso da Memória como ferramenta de reprodução de conflitos políticos e como uma forma de aproximação com a dor dos que sofrem por conta desses conflitos, portanto, o presente artigo se propõe a análise do ensaio citado e a sua relação com a América Latina.

O Sistema Internacional sempre foi marcado por diversos conflitos sangrentos. As disputas por territórios sempre se fizeram presente. O século XX, é conhecido como a Era das Catástrofes de acordo com Hobsbawm (1994), e entre esses eventos podemos destacar a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e Guerra da Coreia. Todas essas guerras sempre dispuseram de um intuito no qual defendesse o interesse nacional do Estado (seja pelo viés econômico quanto pelo caráter político).

Como podemos notar, os maiores conflitos lembrados não pertencem a América Latina. São guerras que ocorreram na Europa ou na Ásia, e as batalhas andinas, são eventos secundários na história e vistos apenas como conflitos internos. Entre esses conflitos latinos, podemos destacar os governos militares e as disputas territoriais, por exemplo. Com base nisso, o artigo em questão, apresenta o Discurso da Memória de Andreas Huyssen (2000) que aborda a

questão do “uso emergente da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p.09).

O presente artigo traz o estudo a respeito da decolonialidade do poder. Portanto, será apresentado o período colonial da América Latina, apresentando as formas de violências que os latinos têm sofrido desde o marco da história apontado pelo decolonial, o ano de 1492. E por ser um texto decolonial, o contexto histórico latino-americano será apresentado em primeiro momento.

Já a segunda seção, contará com a temática da teoria do Discurso da Memória abordando suas primícias e perspectivas, explorando o olhar do autor alemão ao fazer o apontamento de que a memória da humanidade sempre levará para o “Holocausto”, e partindo dessa memória, o ser humano se compadece do demais conflitos políticos. Já na segunda seção do artigo.

E por fim, encerramos o artigo apresentando a contraposição da teoria de Huyssen (2000) com a colonialidade do poder, demarcando por sua vez, a ausência da visibilidade com as lutas e opressões vivenciadas diariamente pelos andinos desde o amor co decolonial o ano de 1492.

É de suma importância ressaltarmos que a América Latina está “condicionada” a inferiorizar sua cultura latina, suas dores e lutas, pelo fato de que o eurocentrismo está enraizado em sua existência. E com isso, os povos latinos são levados a “acreditar” que a sua luta não pode ser comparada aos outros conflitos que ocorrem na Europa por exemplo. Desta forma, acabam então por sua vez, serem propensos e colonizados a sempre “aceitar” as opressões que os tangem, e replicar esse comportamento, com colonialidade internas.

A América Latina: Lutas e Opressões

Ao abordarmos a respeito do América Latina, precisamos falar através das lentes de quem vive as constantes formas de opressões. No campo da acadêmia, há diversas correntes teóricas, como o realismo, liberalismo, teoria crítica, e ainda não respondendo a todos os questionamentos, surgem então as teorias pós-coloniais. No entanto, ainda havia a necessidade de uma análise com um maior

aprofundamento nas opressões latinas, e com para suprir tal aspecto, surge uma corrente epistêmica decolonial.

A epistemologia Decolonial, pode ser objetivada na seguinte afirmativa:

problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. Grosfoguel aponta que “é preciso descolonizar não apenas os estudos subalternos como também os póscoloniais” (REIS; ANDRADE, 2018, p.3 *apud* ROSEVICS, 2017, p. 189).

Com base no decolonial, é possível identificarmos que o fator preponderante da primeira violência sofrida nas terras andinas foi a classificação social que o eurocentrismo trouxe para o mundo. Quijano (2005) irá abordar que a história dessa classificação é inexistente ao período que antecede as Américas. Após os colonizadores chegarem as terras da América Latina, houve então essa “noção” de dividir os povos de acordo com suas raças. E essa divisão se deu como “*índios, negros e mestiços*” (p. 117). Os povos então passaram a serem “catalogados” de acordo com seus fenótipos, onde aqueles que tivessem a pele negra, eram (e ainda são) colocados como uma raça inferior a branca na hierarquia eurocêntrica. Quijano (2005, p. 118) ainda irá salientar que:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal.

A partir disso, outros fatores também foram acrescentados para classificar o povo colonizado: como gênero, trabalho, idade e território. Partindo dessa classificação eurocêntrica, as violências na América Latina não tiveram mais fim. Até os dias de hoje os povos latinos sofrem ao serem considerados apenas “seguidores da europa”.

A título de exemplo, podemos citar que usamos em grande parte epistemologias de saberes europeias, nosso paladar se projeta com gostos da comida europeia (como se fossem “mais refinadas”), não nos identificamos como povos latinos, e replicamos violências internas ao entendermos que o que está “acima” ou do “norte” de nós é o melhor para todos.

Por conta disso, a América Latina foi palco de diversos genocídios, diversas batalhas sangrentas, golpes militares financiados, e, no entanto, tudo isso é considerado na maioria das vezes apenas um borrão na história. A partir do ano de 1492, os povos nativos da América Latina sofreram demasiadamente com a colonização.

Os europeus chegaram nas terras e automaticamente se intitularam como os “descobridores”. Baseado nisso, podemos indagar se antes da chegada dos europeus, onde estavam os povos nativos? Seria então a América Latina uma porção de terra não habitada?

A resposta claramente é a de que eles foram sucumbidos pelo fator da exploração. Assim que os navios desembarcaram em terra firme, a colonização deu início e os povos da América Latina foram colocados como figurantes na história. Quijano (2005) irá salientar os colonizadores dividiram os povos (agora os nativos, os escravos oriundos da África e os mestiços) pela cor de cada um, conforme já mencionado.

Com relação a coloração da pele, a cor branca, de acordo com o eurocentrismo, é superior as demais. Isso ocorre por a cor ter a simbologia da pureza, de algo limpo, algo superior, além de que os colonizadores eram homens brancos, “detentores de capitais”, e, portanto, na hierarquia europeia, eram a raça superior.

Para os colonizadores, havia a necessidade de uma separação entre dominadores e dominados, civilizados e bárbaros. Com isso, os colonizadores estabeleceram que “(...) *raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial*” (QUIJANO, 2005, p. 118).

A partir da chegada dos colonizadores europeus, Assis (2014, p.614 *apud* QUIJANO, 1997) teoriza a respeito de que houve um “desdobramento das colonialidades de poder, ou seja, colonialismos que não se desapareceram com o período colonial”. Dessa maneira, iniciou a colonialidade do poder nas terras

latinas, e vem se estendendo até o cenário atual. As violências na América Latina não foram poucas, elas estão desde exploração de mão de obra e matéria prima, expropriação de terra camponesa, depreciação de elementos culturais da região até o próprio povo acabar “esquecendo” de suas raízes.

Todos os dias, o mundo é bombardeado com a ilusão de uma cultura “sofisticada”, de um vocabulário mais “erudito” que acaba passando de geração a geração. Uma forma de tentativa para mensurar o tamanho da violência que os povos nativos sofreram, seria analisarmos, por exemplo, que a língua materna foi “esquecida” e a região acabou tendo como idioma oficial a língua portuguesa, espanhola e francesa, deixando assim o Guarani, como por exemplo, que por sua vez acabou ficando como parte de uma minoria e como uma língua secundária.

Em suma, pode-se assim entender que “a colonialidade do poder é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida” (Assis, 2014, p.614 *apud* Quijano, 2000).

O Discurso da Memória: O Processo

Andreas Huyssen (2000) é escritor alemão, crítico de literário e doutor em Literatura Comparada na Universidade Colúmbia. Seus estudos são baseados na arte, memória e cidade como forma de compreensão em relação a deterioração do tempo. Huyssen (2000) irá pautar sua discussão na memória em lutas políticas.

Segundo o autor existe uma “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais da sociedade” (p.09). Como as lutas políticas são partes da sociedade, Huyssen (2000) percebe que o cinema nada mais é do que a imaginação política de nossas memórias, e por tanto, replicamos nas imagens toda a nossa luta.

De acordo com Huyssen (2000), o tema a respeito de memória começou a emergir em meados da década de 1960, no ocidente, após “o rastro da descolonização e dos movimentos sociais em sua busca por histórias

alternativas e revisionárias” (p.12).

Já nos Estados Unidos, o seu início ocorreu na década de 1980, com um programa televisivo chamado de “Holocausto”. A Memória do holocausto nos traz a mente, as queimas de livros, o genocídio, a ascensão de Hitler ao governo nazista, e entre outros diversos acontecimentos. Para Huysen (2000), o Holocausto passou a ser um lugar comum universal que, como por exemplo, as políticas genocidas em Ruanda, na Bósnia.

Depois do Holocausto, Huysen (2000) vai citar que nos Estados Unidos houve uma prática de difusão da memória, como a criação de museus históricos, canais televisivos, uma abordagem a respeito da memória traumática, sendo que após os eventos do genocídio do Holocausto a psicanálise sobre traumas passou a ser ampliada.

Ainda se tratando a respeito do Discurso da Memória, Huysen (2000) nos leva a refletir sobre a proporção que o Holocausto têm como evento global. O autor irá descrever que o Holocausto é como um prisma e que através dessa lente podemos enxergar outros exemplos de genocídios, já que para ele, o Holocausto é um evento universal e que sua predominância está além da história. Esse genocídio passa a ser “uma figura de linguagem universal para começar a entender situações locais e específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original” (p.13).

Huysen (2000) ainda ressalta que o Holocausto passou a ser protagonista no cenário internacional, porém, na trama também existem eventos secundários que constroem essa memória política da sociedade. Como exemplo o autor descreve o choque da sociedade com um navio “supostamente não-nafragável” (p.14) e com isso a indagação de esse evento ter causado impacto social através dos anseios da metrópole, de um futuro que ficou no passado (retrocesso) ou apenas como um erro da modernidade.

Ainda nesse ponto, fica a questão de nossa memória ser marcada por objetos que por sua vez, transpassam para a história. Para Huysen (2000), “não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos o nosso papel nesse processo” (p. 14).

A teoria a respeito do Discurso da Memória traz um enorme paradoxo. Notamos que se existe uma memória ou lembranças, também existe a possibilidade do esquecimento. De acordo com Huysen (2000) “Freud teoriza que a memória e o esquecimento estão indissolúveis e mutuamente ligados; que

a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e o esquecimento é uma forma de memória escondida” (p.18).

Apesar de o autor exaltar a memória do Holocausto, ele faz uma crítica a respeito do boom da cultura moderna de amnésia contemporânea, de tal modo que, para ele a sociedade tem sofrido com o esquecimento devido a ascensão da globalização (internet, televisão, imprensa).

Ainda que esses adventos possam nos trazer a facilidade de termos memórias, eles também podem ser a causa do esquecimento já que que esses produtos nos trazem “memórias imaginadas²” e que elas por sua vez, são fáceis de esquecer.

Entretanto, o evento do Holocausto transpõe esse esquecimento. Como citado acima, programas de televisão reproduzem o ocorrido, museus são construídos, monumentos são levantados, e esses fatores são uma forma de memória e ao mesmo tempo esquecimento do genocídio. Como exemplo disto, o autor cita que a Alemanha por sua vez, está na tentativa de remissão de seu passado histórico e seus teóricos irão chamar esse processo de inflação da memória³ Mas como podemos perceber, de uma forma ou de outra o Holocausto se faz presente no discurso político e se mantém na memória da sociedade, independente de da sua localização geográfica.

Ao nos depararmos com os ensaios de Huyssen (2000) a respeito da cultura de memória, o autor irá patentear a discussão da necessidade de se trazer as memórias políticas através da arte, que de acordo com a comentarista do ensaio em questão, Naclério (2015, p. 190) afirma que:

o objetivo é dar um lugar para a memória nas artes, na política e na defesa dos direitos humanos e serve de alerta para o perigo que é o processo de instrumentalização da memória, passível de ser transformada em um produto da indústria cultural, uma vez que ela pode ser manipulada e nem sempre apresenta características positivas, podendo estar a serviço das ideologias mais radicais ou sujeita aos abusos políticos e econômicos.

² Memórias Imaginadas é a reprodução através de conteúdos audiovisuais, trazendo assim diversas perspectivas da história para o telespectador.

³ Inflação da Memória: Tentativa de “apagar” o passado.

Com isso, podemos perceber que o papel da América Latina nas discussões é inferiorizado. Por tanto, percebermos que há uma carência de representatividade latina, seja na acadêmica, meios midiáticos e afins.

Memória e Amnésia: a voz dos esquecidos

Na presente seção, abordaremos a respeito de como as lutas andinas são deixadas ao longo da história. No que tange ao Discurso da Memória em *“Passado Presente: política, mídia, amnésia”*, notamos que Huysen (2000) discorre sobre a América Latina e a África do Sul. O autor irá discorrer em referência as tentativas práticas no mundo pós-colonial sobre a cultura de memória. Como já mencionado na primeira seção, o mundo passou a ser musealizado, como uma forma de manter a memória e também de esquecer o passado.

No entanto, para ele (HUYSEN, 2000, p.17):

Quaisquer que possam ser as diferenças entre a Alemanha pós-guerra e a África do Sul, a Argentina ou o Chile, o lugar político das práticas de memórias é ainda nacional e não pós-nacional ou global. Isto traz implicações para o trabalho interpretativo. Embora o Holocausto, como lugar comum universal na história traumática, tenha migrado para outros contextos não relacionados, deve-se sempre perguntar se e como ele reforça ou limita às práticas de memórias e as lutas locais, ou se como ele pode executar ambas funções ao mesmo tempo.

A crítica em questão, é exatamente sobre essas práticas locais. Como visto anteriormente, o Holocausto não foi o único evento traumático na história. De forma alguma devemos diminuir a proporção da dor que foi causada neste contexto, entretanto, diversas violências foram praticadas na América Latina que perduram até o cenário atual.

A problemática, é concernente de que as colonialidades permanecem ao longo da história. A América Latina foi palco para os mais perversos

torturadores em seus governos militares, onde todos aqueles que se opunham à ditadura, foram tirados de “cena”, torturados e mortos de forma cruel.

Como isso, podemos indagar de como nossas práticas de musealização são apenas consideradas internas? A colonialidade do poder vem em sua forma mais violenta, limitar a nossa luta contra as opressões. Por qual motivo somente o Holocausto seria o evento impulsionador de memórias políticas traumáticas? Para que possamos responder esses e outros questionamentos, é possível nos basearmos no que BARROS (2014, p. 321) escreve

O racismo e o etnocentrismo são produtos da empresa colonial na América. Logo após esse evento que durou séculos, todo o restante do mundo colonizado foi dominado segundo as novas categorias elaboradas durante a empresa europeia em nosso continente. Há mais de cinco séculos as categorias de progresso e raça têm sido utilizadas como componentes básicos das relações de poder em todo o mundo. Depois da empresa colonial em todos os continentes, a colonialidade não há deixado de ser a forma de atuação sistemática segundo a qual as potências hegemônicas agem em relação às antigas colônias.

Vejamos que o olhar para a América Latina (ou às antigas colônias), estão sempre delimitados a “superioridade” europeia. Neste ponto, podemos voltar a questão da classificação de raça do eurocentrismo no qual perpetua as diversas colonialidades de poder (colonialidade do saber, do ser, do ver, do ouvir, do falar). Mesmo que haja uma classificação para cada uma delas, é notório que a América Latina no que se diz sobre ter a sua “voz” na história, é ocultada do debate.

De acordo com BALLESTRIN (2013, p.101):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (*apud* Quijano, 2000, p. 342).

Podemos ressaltar que esse padrão mundial é inconscientemente projetado na memória dos povos latinos, que por sua vez, acabam “aceitando” que qualquer advento internacional possuem uma proporção maior do que a sua causa nacional. Seriam então as lutas latino americanas são menos traumáticas do que o Holocausto?

Seriam as práticas de reprodução de memórias apenas algo interno? E quanto aqueles que deram seus sangues nas ditaduras ou nas guerras territoriais? Deve-se deixar o seu papel oculto na história? E por que fazer isso? Seria porque os valores latinos são menores do que a Europa ou os Estados Unidos?

Muitas das vezes, não se para contestar o papel da América Latina no contexto histórico político. Não é perceptível, por exemplo (agora mencionando o papel das mídias audiovisuais), que enquanto grandes centros produzem as memórias latinas, que elas estão sendo apontadas de acordo com a visão e o panorama dos opressores e não dos oprimidos.

Nisto, podemos concordar com Huyssen (2000) de que a mídia nos transmite memórias imaginadas e por tanto são projetadas para que o telespectador tenha em sua memória, as lembranças nas quais a mídia acredita que sejam necessárias. Através disto, observamos que as reprises de conflitos políticos latinos, são apenas vislumbres dos centros opressores, e por bastante, replicadas no âmbito interno e global.

Conclusão

Em suma o presente artigo propõe a discussão a respeito do Discurso da Memória estar atrelado ao Holocausto e como se a partir disso, o mundo das memórias políticas traumáticas pudesse passar a “existir”. O autor em seu ensaio *“Passado Presente: política, mídia e amnésia”* através do livro *“Seduzidos pela memória”* acaba pontuando a discussão de que o ser humano

é impulsionado pelas suas memórias, por isso há construções de políticas, monumentos, museus, obras literárias e audiovisuais.

Também é citado por Huysen (2000) que o Holocausto é o impulsionador, porém os conflitos internos de determinado povo (e ele cita o *Apartheid* da África do Sul, Argentina e Chile) são apenas práticas internas e não globais. O que não é de fato, já que os países citados foram países colonizados pelos europeus, forçando-os a seguirem sua cultura, seus costumes e práticas, aplicando a violência como forma de manter o domínio aos colonizados.

É importante ressaltar que a América Latina sempre foi esquecida ao longo da história, assim como a África, e os demais países que não estão no rol de classificação social eurocêntrica. Por tanto, se torna fácil para quem não vivenciou as opressões afirmar que os conflitos ocorrentes na região não podem ser considerados globais e sim práticas internas, assim como suas formas de memórias traumáticas desses conflitos.

Finalmente, a epistemologia decolonial, (corrente teórica que surge com o propósito de mostrar o lugar de fala do subalterno) tem por sua vez, a perspectiva dos povos latinos em relação as superações raciais, sociais, econômicas, políticas e culturais, apontando o discurso das opressões que a América Latina vivencia desde o período colonial, em meados de 192.

Referências bibliográficas

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Salvador. Caderno CRH. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf> (acesso em: 01.08.2023).

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BARROS II, João Roberto. Progresso e Raça: Iluminismo e Descolonialidade Epistêmica. Revista de Filosofia. Fortaleza, CE. v. 11 n. 22, p. 319-350, 2014.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve século XX. 2 ed. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 1994.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura monumentos e mídia. Ensaio "Passado Presente: política, mídia, amnésia". Rio de Janeiro. Aeroplano. p. 9-40, 2000.

NACLÉRIO FORTE, Graziela; "Andreas Huyssen, Culturas do passado-presente - modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014, 213 páginas. En caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). No 7 | 2do. semestre 2015, pp. 189- 190. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=books/book.php&obj=222&vol=7> (acesso em: 01.08.2023).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires. CLACSO. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf (acesso em: 01.08.2023).

_____. Colonialidade de poder, cultura e conhecimento na América Latina (Análise). In: Debate no Equador. Descentralização: entre o global e o local, Quito: CAAP (nº 44, agosto de 1998): pp. 227-238. ISSN: 1012-1498. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf> (acesso em: 01.08.2023).

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico - n. 202. março (2018), pp. 1-11. ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/41070/21945> (acesso em: 01.08.2023).

Diplomacia Pública - Desmerecimento dos Estados ou Maior intervenção dos Atores Não-estatais.

Dickson, João⁴

Resumo: A Diplomacia tem sido ao longo de séculos, com pendor para Era Bizantina e o século XXI, o meio que os Estados Soberanos usaram como recurso para potenciar o seu desenvolvimento e dirimir o nível de estagnação que os circundava, muito por força dos conflitos violentos e da falta de consciência de cooperação. Sendo um mecanismo privilegiado ao serviço do principal ator do sistema internacional, cuja prática sempre teve em conta, praxes específicas como cartas credenciais e as imunidades afetes ao protocolo diplomático, a diplomacia hodierna tem dividido o palco com uma nova roupa, a Diplomacia Pública. Nós nos comprometemos efetuar uma análise académica e evolutiva sobre a Diplomacia Pública na visão bibliográfica produzida nos EUA e na Europa, no período de 2000 a 2012, e perspectivar a sua continuidade. Perceber se é um ramo da Diplomacia enquanto instrumento da Política Externa ou resultado da ingerência dos atores não estatais no processo de governança.

Palavras-chave: Diplomacia, Diplomacia Pública, Estados Soberanos, Política Externa

Abstract: Diplomacy has been for centuries, with a penchant for the Byzantine Era and the 21st century, the means that Sovereign States used as a resource to enhance their development and resolve the level of stagnation that surrounded them, largely due to violent conflicts and the lack of awareness of cooperation. Being a privileged mechanism at the service of the main actor of the international system, whose practice has always considered specific practices such as letters of credence and the immunities related to diplomatic protocol, today's diplomacy has shared the stage with a new guise, Public Diplomacy. We are committed to

⁴ Dickson Alexandre João, Analista de RI, especialista em Governance, Risk and Compliance.

carrying out an academic and evolutionary analysis of Public Diplomacy in the bibliographic view produced in the USA and Europe, in the period from 2000 to 2012, and to envisage its continuity. Understand if it is a branch of Diplomacy as an instrument of Foreign Policy or the result of the interference of non-state actors in the governance process.

Keywords: Diplomacy, Public Diplomacy, Sovereign States, Foreign Policy

Introdução

As sucessivas e também “progressivas” alterações ocorridas nos últimos decênios, deram um impulso diferente naquilo a que chamamos Diplomacia, visto que o seu cariz “governamental” segundo Maria Mongiardim (2007), deu lugar a novas ou novos tipos de resolução, conversações e estreitamento de laços ou alianças, sendo então vista como “Diplomacia Governamental” na medida em que recolhe uma variada gama de agentes não diplomatas e uma multiplicidade de métodos, por vezes, quase clandestinos ou, pelo menos, não ortodoxos segundo a habitual caracterização do agente diplomático tradicional.

Sendo este ponto também, motivo de controvérsia, mas propriamente quando tentamos aferir quais são os “fazedores” da diplomacia, e o porquê da distinção do “agente diplomático tradicional” e do agente diplomático contemporâneo ou não diplomático”. Acreditamos nós que a partir desta evolução ocorrida nos meandros da ação da diplomacia de “governamental” para “não-governamental” que surge a resposta adequada correspondente a uma parte das nossas pertinentes inquietações.

Diplomacia: Conceito e Distinção

Não querendo nos baldar do cerne deste artigo, mas também não nos imiscuiremos de fazer um passeio, mesmo que breve, nos vários meandros de entendimentos sobre o conceito e enquadramento do que é a diplomacia.

A diplomacia pode ser vista de vários espectros, desde meio de resolução pacífica de diferendos ou/e todo o tipo de contatos para que tal se efetive; como um instrumento ou um dos veículos para condução da política externa dos Estados, onde a sua forma inversa e não pacífica, é a denominada guerra. Também pode ser vista como "um conceito operacional, na dupla acepção dos que enfocam a diplomacia como disciplina no estudo das RI, s e da Ciência Política".

Tendo esta a sua origem do termo "*Diplos*" diploma que é "um título ou documento oficial confirmativo de um cargo, dignidade, mercê ou privilégio, podemos então, a partir desta última definição, deduzir a proveniência das imunidades concedidas ao portador do diploma que é designado de diplomata. As designações dos funcionários do corpo diplomático, as funções, categorias, direitos e deveres, estão todos estatuídos na célebre Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares de 1963.

Começo primeiro por dizer que é a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, no seu artº.1, alínea e): define o agente diplomático como sendo o Chefe da missão ou um membro do pessoal diplomático da missão.

A Diplomacia é o instrumento por exclusividade para a execução da Política Externa de um Estado soberano, tendo a seu dispor as negociações e os contatos pacíficos como sua forma de ação. Ela tem como essência, a procura de uma relação baseada na cooperação pacífica entre os diferentes Estados soberanos. Saliento que a manutenção de uma "relação pacífica" é a linha tênue entre a diplomacia e a guerra, pois que o aparecimento da última, é sinónimo de que a primeira falhou, o que nos permite evocar com certeza que a cooperação pacífica é a essência da diplomacia.

Para Mongiardim, (2007) a história da diplomacia foi influenciada por excelência pela civilização europeia tendo está mudado o seu centro de ação,

devido à forte e sufocante influência dos EUA durante o último século. Esta concluí, que a diplomacia é um produto da civilização ocidental que se estabeleceu oficialmente, como domínio profissional, no Congresso de Viena 1815.

O seu surgimento formal e com características profissionais foi consignado dentro de uma dinâmica de negociação, com enfoque na relação entre governos e no seu carácter secreto, com emprego de grandes habilidades e tato. Pois, foi durante a vigência do século XVIII, que se verificou uma grande reflexão mais organizada e sistemática sobre quais os métodos, funções, estatutos (direitos e obrigações) dos diplomatas.

Quando se tenta fazer uma incursão sobre a origem e a empregabilidade do termo, como designação da atividade de representação e informação, o também conhecido processo de enviar mensageiros devidamente credenciados os vulgos “Enviados”, somos muitas vezes remetidos ao CODEX *Jurio Gentium Diplomaticus*, de Gottfried Wilhelm Leibniz e/ou ainda a *Corpus Universel Diplomatique du Droit des Gens*, de Jean Dumont.

Seguindo as pegadas desta, importa salientar que existe, pelo menos, as de maior relevância, duas Escolas de pensamento que divergem sobre o entendimento do que é diplomacia. Temos a Escola Americana que julga que a diplomacia é sinónimo da Política Externa enquanto a Escola Europeia Tradicional lhe considera como uma técnica ou um instrumento ao serviço de uma ação mais generalizada que é a política externa.

A política externa é o conjunto de atividades de um determinado Estado, direcionadas para além das suas fronteiras, com o principal objetivo de defender os seus interesses dentro do sistema internacional, bem como satisfazê-los. Tanto uma como outra tem a ver com a adaptação e enquadramento dos interesses do estado a nível internacional. Dentro do seu quadro teórico, é estruturada por instrumentos num esquema bifurcados entre pacíficos e violentos.

Um reparo importante que nos salta à baila, relendo Hans Mongerthau, (1978), contemplamos a ideia de que, para além dos instrumentos ora mencionados, os meios para a realização da Política Externa são: a persuasão, o

compromisso e a ameaça do uso da força. Estes meios são desenvolvidos pela diplomacia.

Nenhuma diplomacia que apostasse tudo exclusivamente na persuasão e no compromisso merecia ser qualificada de inteligente porque a arte da diplomacia consiste em pôr ênfase certo, em qualquer momento, em cada um dos três meios ao seu dispor.

Cabe a diplomacia entender:

- Os objetos da Política Externa à luz do poder potencial e efetivo detido, para a prossecução dos ditos objetivos;
- Avaliar os objetivos de outras nações e o poder disponível, potencial e efetivo para a sua realização;
- Determinar até que ponto, esses objetivos são compatíveis uns com os outros; e finalmente,
- Empregar meios adequados aos objetivos fixados.

O uso da força não se encontra ao alcance de todas as diplomacias dos Estados, é um elemento credível quando é manuseado pelas grandes potências, que têm recursos adequados para tornar efetiva a ameaça canalizada através dos serviços diplomáticos ou pelo poder das potências médias ou regionais na sua área de influência.

Diplomacia Pública: Origem, Evolução e Diplomacia Secreta

É importante dar relevância ao facto de que todas as alterações (evolução ou progressão) das instituições e da própria estrutura do Sistema Internacional, bem como a necessidade de se adaptar aos planos eventuais das soberanias, obrigou a que se altera-se as formas e os métodos da ação diplomática, que era de direção centralizada (assim como a maior parte das ações do Estado), para poder dar resposta, de forma desproporcional ou diferenciada, as várias exigências, tendo como exemplo a reprodução das redes diplomáticas e a própria forma de atuação diplomática em todas as áreas de sua competência e intervenção.

Quando nos comprometemos em analisar a Diplomacia Pública, foi pela vontade de compreender melhor se esta é resultado das alterações ocorridas na diplomacia, se é uma forma ou tipo de diplomacia contemporânea ou em último caso, uma prática reiterada, que se tornou usual e tendo logrado depois o estatuto oficial. Uma das premissas, que concedeu a diplomacia, um significado extremamente importante é a visão da capacidade que ela possui de conduzir as negociações entre Estados, direcionadas para a conciliação dos conflitos de interesses que opõem as diferentes potências sem ter de se fazer a recorrência do uso da força (nos seus mais variados níveis).

Existem várias causas significativas que moldaram a diplomacia tradicional, dando então espaço para a diplomacia pública, como é o caso da progressiva democratização da vida política, a abolição da diplomacia secreta e a criação do repositório das Sociedades das Nações (hoje da ONU), como forma de poder extinguir os tratados secretos. Para muitos pesquisadores e estudiosos, tais como Joseph Nye Jr., encontraram as respostas das grandes guerras que antecederam a criação da SDN na existência dos tratados secretos.

No que concerne ao surgimento da Diplomacia Pública, Victor Iyamu, (2004) faz um grande enfoque, alegando que uma das causas foi a abertura da *“cultura democrática y los avances técnicos y sociológicos de los medios de comunicación social, y a las buenas intenciones iniciales de «Open Covenants»”*. Para nós, este enfoque é tido como a “ruptura epistemológica” entre a Diplomacia tradicional e a Contemporânea (fazendo já a inclusão da Diplomacia Pública em detrimento da Diplomacia Secreta).

Esta denominada ruptura é oficialmente decretada pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1918, com o seu *“Open Convenants”*, também conhecido por nós como os “14 Pontos da Segurança Coletiva”, (que marca historicamente a ideia da criação da Sociedade das Nações). Estes pontos ou princípios tinham como finalidade, regular e determinar as normas de convivência internacional, entre elas a coexistência pacífica e relações amistosas ou de cooperação, bem como tornar a diplomacia secreta uma ação em desuso nos corredores das relações entre entes soberanos e não só.

Iyamu (2004) entende que:

Este concepto de diplomacia pública engloba a todos aquellos programas, tanto de información política como cultural y educativa, que cada gobierno soberano destina para defender y promocionar su política exterior y la imagen nacional de su país ante los gobiernos extranjeros y los públicos activos extranjeros y nacionales. A título indicativo, cabe destacar el caso de los Estados Unidos a través de la United States Information Agency (USIA)². Y la apuesta por su práctica constituye uno de los retos de futuro más importante, tanto para el interés de aquel país como para el resto.

Neste ponto e fazendo uma breve comparação com a ideia anteriormente apresentada, pois que, António Marques Bessa discorre sobre os 5 (cinco) princípios de Política Externa, nomeadamente: 1. Princípio de Segurança, 2. Princípio Económico, 3. Princípio Político, 4. Criação de Imagem e 5. Princípio Cultural. Reconhecendo que estes são os elementos orientadores para elaboração de um Política Externa eficaz e segura, a forma como Iyamu descreve a Diplomacia Pública seria nada mais que a materialização dos dois últimos princípios.

Princípio	Descrição
<i>Segurança</i>	Orienta os decisores a realizar uma análise realista para evitar que a implementação da Política Externa (P.E) comprometa a soberania do Estado. Manutenção do <i>SER</i> do Estado (Teoria Organicista de Kjellen).
<i>Economia</i>	Destaca a importância da dimensão económica para a manutenção do poder real. Quanto maior a capacidade económica, maior a capacidade de segurança, estabelecendo uma simbiose fundamental entre Segurança e Economia= Quanto maior for a capacidade económica, mais o Estado terá para investir na segurança. Quando maior for a segurança, mais investimento o Estado consegue captar.
<i>Político</i>	Responsável pelo sucesso na gestão dos princípios anteriores. Uma gestão eficiente, respeitando ideologicamente a razão e o interesse nacional, é crucial para definir uma P.E realista e posicionar o Estado soberano no concerto das nações.
<i>Princípio Cultural</i>	Utilização das manifestações identitárias de uma comunidade organizada para facilitar a aproximação aos outros povos. Envolvimento em arte, entretenimento, ciência, desporto, etc., para fortalecer laços culturais e promover relações internacionais.
<i>Criação de Imagem</i>	Uso estratégico dos meios de comunicação para influenciar a imagem que os outros Estados têm do país. Manipulação da percepção por meio de comunicação eficaz, construindo uma imagem positiva no cenário internacional.

Tabela 1- Princípios de Política Externa

Esses princípios são fundamentais na formulação e implementação de uma Política Externa eficaz, abordando questões de segurança, economia, gestão política, dimensão cultural e construção de uma boa imagem internacional. A integração harmoniosa desses elementos contribui para a consolidação da posição de um Estado soberano no contexto global.

Retornando na abordagem sobre o surgimento da prática da Diplomacia Pública, a ação Americana em particular foi baseada no controlo popular e no carácter público de todos os arranjos, cujo fim era a erradicação da Diplomacia Secreta, por ser a causa de todos os males e conflitos ocorridos até então na Sociedade Internacional, e isto serviu de mola impulsadora para que esta nova dinâmica pudesse progredir.

Sendo a Diplomacia Secreta, permissível á confrontos de diversas índoles, tais como, a Corrida armamentista, guerra comerciais, rivalidades coloniais e territoriais e/ou a todo o tipo de conflitos. Victor Iyamu, (2004) alega que se pode afirmar que a ideia Wilsoniana foi uma crítica liberal a Diplomacia Europeia e sobre o sistema de equilíbrio, podendo ainda dizer-se que esta estava em consonância com os interesses políticos dos Estados Unidos.

Afirma-se que a intromissão de uma Opinião Pública robusta e como uma forte capacidade de influência, atenta e exigente, quanto à disponibilidade de maior informação, reduziu de certa forma a ação externa dos Estados. O que também é considerado um dos fatores que concorreram para o estabelecimento da diplomacia pública.

A tradicional diplomacia secreta foi substituída por uma diplomacia “silenciosa”, demonstrando que independentemente de surgir novas práticas no campo no campo diplomático (Diplomacia Pública), estas não vieram limitar a vontade soberana dos Estados de fazer recorrência a Diplomacia Secreta para a prossecução da sua Política Externa. A forma “camuflada” do uso da terminologia Diplomacia Secreta é “Diplomacia Silenciosa”, pois que esta tem um papel preponderante na resolução das grandes questões que advêm, muitas vezes das instituições internacionais, onde é prática, o jogo e a conversa dos bastidores a margem dos debates e das grandes deliberações.

A importância da continuidade da Diplomacia Silenciosa é também visível nos acordos militares e económicos, tendo mesmo autores que defendem que esta se equipara ao poder militar e ao económico. A título de exemplo conseguimos ver a posição adotada pelo Brasil sob liderança de Lula, onde podemos observar uma presença mais atuante nos palcos da política internacional. É resultado de um trabalho ruidoso nos eventos internacionais, aonde a bandeira brasileira é hasteada com uma posição mais representativa. O trabalho dos contatos feitos pelos agentes diplomáticos não é visível no processo de negociação. Ex.: O Banco dos Brics.

Extraído no seminário proferido pelo Embaixador Duarte de Jesus (professor e embaixador português, 2010), sobre a temática das Redes Secretas do Poder – Informação e Diplomacia, demonstramos este organograma, para dizer que na prática a diplomacia secreta ainda se mantém nos bastidores da ação governativa, e que continua a exercer um papel preponderante no alcance dos objetivos de qualquer Estado.

Os 14 pontos do Presidente Wilson, sobre a “diplomacia aberta”, conferiram a chamada moderna diplomacia um carácter público, que contrastava com a confidencialidade e o secretismo da diplomacia clássica. Isto leva-nos a crer que é inconcebível termos uma diplomacia totalmente pública e aberta, pois caso assim fosse, teríamos uma intromissão não só da Opinião pública interna e internacional, bem como todos os elementos que possam contradizer e/ou mesmo inviabilizar os interesses e as ações de qualquer Estado soberano, democrático e de direito.

Por mais de 40 anos a USIA (*United States Information Agency*), definia a diplomacia pública como a procura de promoção do interesse nacional e da segurança nacional norte americana tentando entender, informar e influenciar as políticas externas, mantendo o diálogo entre os cidadãos americanos e das instituições do exterior.

Com relação ainda a Diplomacia Pública encontramos uma das definições no Dicionário de termos de RI's como: *“Refers to government-sponsored programs intended to inform or influence public opinion in other countries, its chief*

instruments are publications, motion, pictures, cultural Exchange, radio and television ".

De acordo com a *Public Diplomacy Alumni Association*, a Diplomacia Pública procura promover o interesse nacional dos Estados Unidos com vista transmitir o entendimento, informar e influenciar as audiências externas. Transpondo este conceito para uma imagem mais generalista, podemos dizer que a Diplomacia Publica visa a promoção do interesse nacional de um determinado Estado para além das suas fronteiras nacionais (físicas), através da informação e influência, com a intenção de transmitir os entendimentos sobre o que se quer, cujo veículos para sua execução, são vários.

Daí a forte necessidade de os Estados tentarem controlar os meios de comunicação e as suas linhas editoriais. Países como a China, Coreia do Norte, Arábia Saudita e Irão na Ásia, bem como alguns em África e a Rússia, são verdadeiros exemplos desta prática.

Diplomacia Pública e “*Public Affairs*”

Existe um conceito a ter em conta quando o assunto é Diplomacia Pública, e este é o *Public Affairs*, percebido como “*Matters of general interest or concern specially those dealing with current social or political issue*”. No dossiê aludido anteriormente sobre a *Public Diplomacy Alumni Association*, temos ainda o privilégio de encontrar a distinção entre Diplomacia Pública e Assuntos Públicos (*Public Affairs*), permitindo-nos erradicar os entendimentos assimétricos ou similares sobre matéria esta matéria em tratamento.

Ela começa definindo a *Public Affair* como:

The provision of information the public, press and other institution concerning the goal, policies and activities of the U.S Government. Public affairs seek to foster understanding of those goals through dialogue with

individual citizens and other groups and institutions, and domestic and international media. However, the trust of Public Affairs is to inform the domestic audience

A relação distintiva que encontramos nestes conceitos acima esboçados, reside no objetivo, ou melhor no alvo principal na qual estas ações estão dirigidas, isto quer dizer, que, enquanto na Diplomacia Pública o alvo é o ambiente externo, nos Assuntos Públicos (*Public Affair*) o público-alvo é o ambiente interno, ou como também é designado "ambiente doméstico".

Aproveitamos ainda o conceito de Hans N. Tuch, que define a Diplomacia Pública como *"Official government efforts to shape the communications environment overseas in which American foreign policy is played out, in order to reduce the degree to which misperceptions and misunderstanding complicate relations between the US and other nations"*.

Não esgotando toda informação disponível no site da P.D.A.A (*Public Diplomacy Alumni Association*) o termo Diplomacia Pública é aludido para o ano de 1965, na altura usado pelo Dean Edmund Guillion da *"Hetcher School of Law and Diplomacy"* da Tufts University, dando ênfase aos primeiros artigos referentes a esta temática, o *"The Murrow Center"* desta instituição acadêmica define a Diplomacia pública como: *"Deals with the influence of public attitudes on the formation and execution of foreign policies. It encompasses dimensions of international relations beyond traditional diplomacy; the cultivation by government of public opinion in other countries"*.

A diplomacia pública é vista como uma *"modalidad dentro de los instrumentos empleados por la diplomacia contemporánea, constituye en la actualidad una parte importantísima del esfuerzo de los Estados por entenderse entre sí y por promocionar la política exterior y la imagen nacional"*.

Diplomacia Pública e Propaganda

A chamada de atenção é para a grande balbúrdia que muitas vezes é feita com relação a diplomacia pública e a propaganda. A propaganda é entendida como “associação que tem por fim a propagação de doutrinas...ato ou efeito de propagar ou difundir uma ideia, opinião ou doutrina”.

Mongiardim, (2007), alega que “esta temática da propaganda assumiu relevância internacional, pela primeira vez, com a institucionalização da Sagrada Congregação da Propaganda de Fidei em 1622, sob iniciativa do Papa Gregório XV, tendo evoluído desde então, não tanto pelos valores éticos que lhe pudessem estar subjacentes, mas pelos interesses políticos em conseguir conciliar a simpatia e a adesão dos indivíduos a que se dirige, e pela própria evolução das técnicas”.

A propaganda é uma método de transmissão e de informação doutrinal ou ideológica, que foi muito usado pelos regimes totalitários de Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha, no período entre as duas guerras mundiais, com ênfase para a difusão do que era praticado nas lides juvenis dos partidos comunistas, o famoso culto à personalidade, a publicação de cartazes e folhetos, a publicação com pendor pejorativo e divulgação de informação com vista a defraudar a imagem dos opositores e ganhar apoios.

Mas a confusão que é feita, é retratada, já no início dos estudos sobre a importante e nova área da ação externa dos Estados. Senão vejamos, o autor norte-americano Oren Stephen que escrevera *“Facts to a Candid World: America’s Overseas Information Program”* havia chamado, ao que hoje designamos de Diplomacia Pública de propaganda, ao programa acima referenciado, afirmando ainda que a Declaração de Independência dos Estados Unidos era como *“First and foremost a propaganda act”*.

Já Wilson Dizard no primeiro livro que escrevera especificamente, sobre a Agência norte-americana de informação – USIA (United State Information Agency), dizia que *“The United States has been in the international propaganda business, off and on for a long time... Propaganda played a crucial role in the war*

of Independence”, como forma de tentar elucidar e limitar este desentendimento, até porque existe simetrias no modo de agir e nos seus públicos-alvo, temos ainda uma passagem deste site na Web, que nos diz:

In the years following these earlier views, some U.S Government officials and others contended that U.S public diplomacy programs are not propaganda. Other still contend however that since propaganda i.e. ideas, information, or other material disseminated to win people over to a given doctrine. If based on falsehoods and untruths, while still propaganda, it is best described as «disinformation»

Aproveitamos este registo para se apropriar desta ideia, no concernente ao momento em que elas podem ser equacionadas, pois quando a propaganda é baseada em factos, elas podem sim parecer similares, tanto na ideia, informação, não só na forma de convencer o público-alvo, mas também de fazer chegar a eles a doutrina desejada.

Diplomacia Pública

A diplomacia pública concede a total primazia a forma como ela será efetivada ou executada e não ao seu conteúdo, independentemente do meio a ser usado, dando preferência a sua capacidade de influência e de angariação de simpatia. Numa das diversas comparações feitas pela Mongiardim, (2007), houve a tentação de reter e esquematizar a pequena distinção entre a diplomacia tradicional e a diplomacia pública.

Categoria		Diplomacia	
		<i>Tradicional</i>	<i>Pública</i>
Meios	Entrevista em rádios e televisão	<i>N</i>	<i>S</i>
	Discursos e Comunicados,	<i>N</i>	<i>S</i>
	Conferências e Seminários	<i>N</i>	<i>S</i>
Primazia	Forma	<i>N</i>	<i>S</i>
	Conteúdo	<i>S</i>	<i>N</i>
Processos	Negociação	<i>S</i>	<i>N</i>
	Influência e simpatias	<i>S</i>	<i>S</i>
Objetivos	Captação e adesão da Opinião Pública	<i>N</i>	<i>S</i>
	Instrumento da Polít. Externa	<i>S</i>	<i>N</i>

Tabela 2 - Distinção entre a Diplomacia tradicional e pública.

A Diplomacia Pública recorre as técnicas de exposição publicitaria e divulgação da mensagem pretendida. Uma diferença a ter em conta, nestas comparações, é o facto de que a diplomacia pública não necessitar de seguir as praxes protocolares e formais, que é exigida a diplomacia tradicional, nem mesmo ao processo de negociação e conclusão dos tratados, mas a sua capacidade de influência permite com que estes ditos tratados, sejam mais bem elaborados (abarcando uma série de questões inerentes a sua exequibilidade) e que alcancem os objetivos traçados.

Para que a Diplomacia Pública seja uma realidade, o seu maior veículo são os meios de comunicação, (visto como elementos cruciais), e estando a viver numa época considerada como a “Era da comunicação e da Globalização”, não descurando, nem por lapso o facto de que existe uma partilha ou disputa conceptual sobre quem detém o 4º poder do Estado (Mass Media ou outro elemento), pode-se dizer que a capacidade ou a eventual possibilidade de influenciar os medias é um grande passo para a concretização das ações inerentes a diplomacia.

Como exemplo temos o famoso “efeito CNN”, como é chamado no jargão académico e não só. Este começou a ser mencionado no apogeu do conflito ocorrido na década de 90, na guerra do Golfo, que é considerada como o primeiro conflito a ser acompanhado em direto pelas grandes cadeias televisivas. Ela concedeu aos norte-americanos a possibilidade de estes manipularem a informação veiculada a seu favor, elevando a sua gloriosa pátria em detrimento de um inimigo mau. Isto ajudou de certo modo os americanos a granjear simpatias diante das massas e a potencializar a imagem de superpotência hegemónica.

O jornalista e comentador português Luís Castro, especialista em cobertura de teatro de guerra, que chamou a razão no sentido de ter cuidado com a forma como são filtradas as notícias, dando exemplos da invasão ao Iraque, com relação as dificuldades que as tropas da Coligação/Coalisão “encontravam” para pacificar a região e o mesmo ocorria no Afeganistão, mas que as imagens transmitidas eram apenas dos avanços das tropas coligadas, onde só padeciam os Talibãs e as forças rebeldes.

Isto é uma forma de influência e captação de simpatia, o que demonstra a importância do “controle” dos meios de difusão massiva e subsequente *empowerment* dos mesmos, concedendo-lhes credibilidade e condições de cobertura. Um outro exemplo foi o boom das notícias referentes a “*Arab Spring*”, em especial a revolução que decorria na Líbia, facilmente se conseguia detectar as cadeias televisivas pró- Kadhafi e a contra, e a forma como a mesma notícia era veiculada de diferentes formas, o que acabava sempre por desmoralizar uma das partes (efeito psicológico).

Mas recentemente temos acompanhado a disputa sobre a forma de influenciar as ações dos Estados de maneira angariar certa simpatia. Israel despoletou no último mês de outubro, uma ação em resposta aos ataques do Grupo Islâmico Hamas, aparentemente com proporções do uso da força dispare ao necessário ou nem tanto. As cadeias televisivas Pró-Israel tentam demonstrar que os Israelitas/Israelenses apenas estão a se defender e já os Pro-Palestinos/Palestinianos tentam em sentido inverso demonstrar o excesso do uso da força por parte do Governo de Knesset -Jerusalém.

Este efeito psicológico, o que também pode ser designado por Dimensão psicológica é um grande fator a ter em conta na definição da Política Externa e consequentemente da Diplomacia, pois demonstra a grande importância que a informação e a Opinião Pública adquiriram.

Isto quer dizer, se na formulação da Política Externa e no ato da sua execução (entre elas, através a diplomacia), não se ter em conta a forma como esta será implementada, a região de execução e o tipo de população na qual esta política será dirigida, métodos de intervenção, o nível de aceitação, como forma de exemplo, podemos realçar a forma como se interpela um cidadão num determinado teatro de guerra, as suas crenças e hábitos culturais, (o Iraque é o melhor exemplo), podemos então dizer, que este projeto peca pela sua elaboração e está condenado ao fracasso, mas se previamente se fazer uma análise dos fatores acima descritos, não descurando da Opinião pública e da ideia dos medias naquela região, a probabilidade de êxito será maior, e estes servirão de barómetro na determinação da política, permitindo assim a formulação de uma Política Externa mais próxima e adequada a realidade do campo de execução.

Esta dimensão psicológica já havia sido mencionada pelo presidente norte-americano Eisenhower, que apelidou de “P fator” significando “*Psychological factor*”, como sendo todas aquelas atividades que recebem a denominação de Diplomacia Pública.

Como um último aspeto da nossa tentativa de entender o que é a Diplomacia Pública, é primordial abordar e realçar que “um dos aspetos mais relevantes da atualidade política nacional e internacional reside no facto de já não existir uma relação unidirecional entre governantes e governados, desde sempre destinada a assegurar a manutenção do sistema”.

Isto porque, o poder da palavra, segundo Mongiardim, (2007), se expandiu, o que permitiu que se esfuma esta relação fundamental, tendo como origem a tal “abertura democrática” referenciada por Victor Iyamu, (2004), e a gestão do que é exclusivo com relação aos projetos de governo. Mongiardim cita o Professor Adriano Moreira, para expor de maneira enquadrada a extinção da relação que visava a manutenção do sistema. Com base nisto, tentamos mais uma vez esquematizar através deste organograma:

O Discurso da conquista tem a ver com a disputa para conseguir a submissão a um ato de força ou a capturar o poder pelo sufrágio, com a realização de eleições, isto nos Estados de regime democrático;

O Discurso da mobilização é o que procura garantir a obediência, a cooperação e a adesão social; a demagogia da utopia é sucedida pela demagogia da eficácia;

O Discurso da justificação recorre ao método de desculpabilização e de defesa perante as intenções de julgamento político.

A grande querela destas noções, não são os vários significados de cada discurso, mas sim a prossecução dos objetivos, em que a Diplomacia Pública (poder do verbo e das imagens) é o meio para a realização de tais objetivos. Isto quer dizer, que independentemente do tipo de discurso a ser usado, irá permitir a criação de um todo ou conjunto unitário, com vista a dois objetivos, um será a conquista, manutenção e exercício de uma relação estatuída com moldes

específicos; o outro será a avaliação minuciosa e pragmática dos resultados, isto é, o importante a reter são os resultados.

Olhando como exemplo a situação que decorria na Líbia, e a posição dos países Ocidentais e não só face a reconstrução deste país africano, um dos maiores produtores de crude negro. Como exemplo, pegamos a situação que ligou a Líbia durante os acontecimentos da “Primavera Árabe”, em que a França deu os primeiros passos organizando a “cúpula dos amigos da Líbia”, ação que pôs em evidência o presidente Sarkozy.

O que para os leigos foi um ato de grandioso apoio, sem contestação, pois que era intenção deste (aparentemente), ver a Líbia a reerguer-se após 40 anos de ditadura militar. Mas os contornos iniciais do movimento tinham como ação as declarações do Coronel Kadhafi sobre os apoios recebidos pela França e pelo Reino Unido. E mais, que os focos de manifestação que eclodiram com a revolução na Líbia, segundo a família do Coronel Kadhafi, eram para desestabilizar internamente o país e que se o presidente francês se encontrava a ocupar aquele lugar era graças ao dinheiro Líbio, tendo este depois afirmando que iriam retirar das suas contas domiciliadas em bancos franceses e ingleses todos os seus bens.

Estas declarações, na altura afetaram fortemente a popularidade do presidente Nicolas Sarkozy. Mas como a vida política é feita de grande alterações conjunturais, isto é, podes facilmente passar de uma situação favorável, transformando-te de um zero a herói ou numa situação de fracasso que é de bestial a besta, é assim que sopraram ventos favoráveis para o então presidente francês, que fora visto, pelo menos por uma parte significativa do povo líbio como um dos “heróis” que ajudou a dar o fim a ditadura, tendo ainda logrado com o escândalo que afetou o seu mais direto opositor ao sufrágio presidencial, “Dominique Strauss-Khan - DSK”, o que lhe permitiu estar na corrida para uma recandidatura menos pressionado.

Isto tudo para dizer que o presidente francês soube usar os meios que teve, a começar pela capacidade e possibilidade de influência que os medias têm e com um bom jogo de cintura política aproveitou tornar um período de ventos

desfavoráveis a seu favor. Isto é fazer em certa parte o uso do discurso da mobilização.

A Diplomacia Pública faz uso constante das técnicas de processamento de informação usadas pelos meios de comunicação, tais como a construção de um cenário ou de imagem, os veículos de difusão, o público-alvo e a capacidade de alcance e ainda o impacto dela, entre outras técnicas.

Estas ações se processam de formas variadas. É através de vários programas, que podemos identificar as ações do “poder do verbo”, como exemplo os Estados Unidos possuem o Programa *Fullbright* que visa a cooperação nas áreas da educação e ciências, através de bolsas de estudos e cursos da língua inglesa permitindo os beneficiados a ter um contato mais direto com a realidade norte-americana.

Já o Governo Português desenvolve os seus esforços através dos seus órgãos de cooperação, realizando um trabalho muito forte de promoção da cultura e da língua portuguesa. Primeiramente com o Instituto Camões que é “Standard” da imagem e da cooperação portuguesa, e depois o IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), que tem desenvolvido um trabalho considerável junto da comunidade dos PALOP’s.

Não podemos deixar de mencionar as ações franceses através da *Aliance Françoise*, que possui também funções similares das duas antecessoras. Sabemos que este investimento, a nível de concessão de bolsas de estudos, cursos de línguas, apoio a projetos de desenvolvimentos, naquelas regiões mais desfavorecidas, a divulgação cultural em termos de música, televisão e rádio, requer gastos e os grandes Estados possuem um pacote direcionado para este tipo de ações, o que demonstra a importância que é dada a Diplomacia Pública.

Ela não é apenas um novo modelo de fazer diplomacia, mas sim uma prática reiterada que se tornou um veículo necessário, para a prossecução da ação externa dos Estados soberanos, por isso a sua atenção deve ser meticulosa, por não responder a nenhum tipo de protocolo ou praxe institucionalmente fixado, mas por trabalhar com poderes subjetivos que visam afetar um alvo mais abrangente e exigente, que em certas situações, são

facilmente maleáveis, mas que pode captar as simpatias necessárias que servem de meio facilitador de implementação ou mesmo de consolidação de objetivos previamente traçado.

O fim último da diplomacia pública é a mobilização de massa, independentemente do regime de uma determinada sociedade. “As alterações de várias índoles que ocorreram no sistema internacional, com a menção para o surgimento de novos atores distintos dos Estados (paradiplomacia), e uma saliente mobilidade das populações, bens serviços”.

O que fortalece a propensão para recorrência “das novas tecnologias de informação e de comunicação no sentido de imprimir uma ordem a desordem e ao caos mundial”. Nesta conjugação de fatores onde se encaixa de maneira redundante a Diplomacia Pública, com o objetivo de criar e dar a conhecer um cenário de um determinado ator, a possibilidade de influenciar e justificar uma dada ação, ou mesma a comunidade de Estados e a captação de valor suficiente de apoio que lhe confere uma legitimidade e um grau de eficácia, permitindo a exequibilidade da política externa, tornam a diplomacia pública um instrumento indispensável de qualquer ação externa dos Estados soberanos.

Conclusão

Após uma análise exaustiva, no campo da Diplomacia conseguimos nos aperceber que este tipo de ação externa dos Estados é nova, mas muita ativa e abrangente, devido os meios que ela usa para prossecução dos seus objetivos. Primeiramente dizer que foi com a abertura democrática, a evolução dos meios de comunicação e de informação, que fizeram com que as técnicas usadas pela diplomacia tradicional sofressem alterações consideráveis, obrigando está a se adaptar a esta nova realidade, e dando relevância a novas dimensões, tais como uso da informação proveniente da Opinião Pública.

Os “catorze pontos” do presidente Wilson é um marco no que concerne a tentativa de dar um fim a Diplomacia Secreta, enquanto permitia o surgimento da Diplomacia Pública, o que não significou o fim desta, apenas concedeu-lhe uma nova roupagem e terminologia, pois que se encontra um consenso por parte dos estudiosos, experts e decisores políticos que ela é necessária para o alcance dos objetivos e defesa dos interesses de qualquer Estado.

No tocante as diferenças entre a Diplomacia Tradicional ou Clássica e a Diplomacia Pública, sabendo agora que “o poder da palavra”, não necessita de seguir os protocolos como forma de efetivar as suas ações, mas faz o recurso a meios subjetivos e mais populares para chegar ao seu público-alvo, e com isto angariar/conquistar a aprovação necessária para facilitar o trabalho da Diplomacia Clássica e conseqüentemente da Política Externa.

É perceptível que a grande distinção entre a Diplomacia Pública e os *Public Affairs*, reside nos seus públicos-alvo, na primeira é o ambiente externo e na segunda é efetivamente o ambiente doméstico, mas as duas servem de barómetro para os dirigentes a ter em conta aquando da formulação das suas políticas. Neste quesito importa demonstrar a função vital dos princípios da Política Externa, pois estes são fundamentais para a manutenção e continuidade do Estado.

A propaganda se pode confundir em alguns casos com a Diplomacia Pública, mas observância de grandes diferenças entre ambas é clara, assim como contraste em suas grandes similitudes, daí percebermos a confusão que se fazia aquando do surgimento de nova área de ação da diplomacia.

É importante que os “*decision makers*” e diplomatas (ou os indivíduos, devidamente creditados), no desempenho das suas atividades não negligenciem os contornos emitidos pela Opinião Pública. É um procedimento padrão, e condição *Sine Qua Non* estarem constantemente informados, filtrar a informação necessária e útil para o seu Estado, receber e dar a conhecer aos medias locais dados do seu país como forma de criar uma imagem a salutar e expandi-la como forma de angariar simpatias, caso a imagem seja danosa se deve tentar limpá-la.

Victor Iyamu, (2004) diz-nos que não é suficiente e seguro que os seus colegas das outras representações compreendam a sua ideologia política, mas que se esforce também para que a Opinião Pública (nacional ou estrangeira) assimile. Pois que a Opinião Pública e a revolução dos meios de comunicação se converteram em fatores-chaves a ter em conta aquando da formulação da Política Externa, sendo mesmo considerado em certos casos, entraves para a diplomacia contemporânea.

De forma conclusiva, se percebe que a Diplomacia Pública é resultado da compreensão que os atores políticos tiveram em moldar as sociedades para produzir um ambiente fértil de aplicabilidade dos seus programas no exterior, visando a satisfação e manutenção das necessidades domésticas.

Esta nova fase da Diplomacia não é consequência do desmerecimento dos Estados, muito pelo contrário, foi a percepção que estes tiveram em adaptar a forma de implementar as suas políticas criando solos mais férteis para que elas pudessem desenvolver de forma progressiva. Mas devemos considerar também a evolução e a maior participação dos atores Não-estatais na influência das decisões políticas.

Hoje temos assistido uma reviravolta na forma como se define a Política Externa, pois não basta trabalhar nos meandros tradicionais e seguir o guião dos princípios de P.E, pois que as tecnologias baseadas em Inteligência Artificial, Ciência de Dados, *Machine Learning* e demais passaram a fazer parte no núcleo decisório, seja no auxílio para uma implementação bem-sucedida, seja para tornar menos perene ou ditar os destinos de outros atores soberanos ou não.

Referências bibliográficas

BESSA, António M. **Olhar de Leviathan**. Editora ISCSP. Lisboa, 2011.

CALVET DE MAGALHÃES, José. **A diplomacia pura**. Editora Bertrand, Lisboa, 1995.

DOUGHERTY, J.E; PFALTZGRAFF. **As Teorias em confronto:** Teorias da cooperação e integração internacional. Editora Gradiva, Lisboa, 2011.

IYAMU, Victor Oviacionavi. **Diplomacia pública y la bibliografía actual.** Ambitos. 2004.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Editora Gradiva. Lisboa, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations:** The Struggle for Power and Peace. Fifth Edition, Revised. New York, 1978.

MORGIARDIM, Maria Regina. **Diplomacia.** Editora Almedina. Lisboa, 2007.

PORTUGAL. ISCSP, Seminário de Práticas Diplomáticas 2008-2010 por Emb. Duarte de Jesus.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de Relações Internacionais.** Editora Afrontamentos. 2008.

As Relações de Poder no Sistema Internacional atual com a Guerra entre a Ucrânia e a Rússia

Destino Ventura⁵

Resumo

O presente artigo apresenta algumas interpretações preliminares dos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia para o Sistema Internacional baseando-se em algumas teorias da geopolítica clássica, conceitos, teoria das relações internacionais e os fatores geopolíticos, aludindo as motivações dos Estados intervenientes e as tendências de possíveis alterações da Ordem Mundial. Podemos afirmar que a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 representou um “acelerador de tendências” já pré-existentes, como a crise na globalização, as tensões sobre as cadeias produtivas e o imperativo dos fatores de segurança nacional na “grande estratégia” das principais potências, a forte pressão das potências emergentes em ter seu próprio espaço na Ordem Mundial.

Palavras-chave: Geopolítica; Geoestratégia; Ordem Mundial; Sistema Internacional.

Introdução

A geopolítica é um estudo fundamentalmente estratégico. Conhecidas como os fundamentos da geopolítica clássica- poder marítimo Mahan (2021),

⁵ Graduando em Relações Internacionais pela Unibelas.

poder terrestre Mackinder (2021) e teoria da contenção Spykman (2021) atrelado ao realismo político Tucídides (2001), Morgenthau (2003) e Waltz (2018) engendram em suas preocupações fundamentais algumas questões centrais, os quais são conjugados: o espaço, o poder, a estratégia e o conflito. Tais preocupações repousam suas raízes na natureza humana, a qual é egoísta, propensa à conquista, predatória, vangloriosa e prestigiosa.

A geopolítica é essencialmente a influência que o espaço geográfico tem sobre o poder internacional, ou seja, a relação de confluência entre poder (“política”) e espaço (“geo”) tendo em conta a análise estratégica. Enquanto o realismo político pode ser interpretado como uma busca incessante pelo poder e uma luta pela sobrevivência, o que implica numa condição de conflito constante entre os Estados, sem vislumbre de evolução e progresso.

Para tanto, este artigo está dividido em duas seções, além das considerações finais. A primeira seção analisa como a tríade composta pela geopolítica clássica e pelo realismo político e como operam no contexto do Sistema Internacional. Examina-se como as concepções geográficas de pensadores como Mackinder e as premissas realistas, exemplificadas por Morgenthau, moldam a interação entre os Estados.

Na segunda e última seção, a ênfase recai sobre a centralidade da luta pelo poder no Sistema Internacional. Neste ponto, considerações são feitas sobre as dinâmicas de competição e conflito, destacando-se a busca incessante pelo poder como motor das relações entre os Estados.

As considerações finais consolidam os postos-chave, destacando a relevância contínua dessas abordagens teóricas na compreensão do cenário internacional contemporâneo. Conclui-se, ponderando sobre os desafios e as possibilidades de conciliação entre os imperativos da luta pelo poder e a necessidade de cooperação para o progresso global.

A Tríade da Geopolítica Clássica e o Realismo Político

Pelas mesmas razões que demandam a atenção de todo estudante de Relações Internacionais para autores como Tucídides, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, a tríade formada por Mackinder, Mahan e Spykman oferece ferramentas conceituais essenciais e, mais crucialmente, uma postura intelectual indispensável para analisar a realidade política internacional.

O Estado no passado era tido como um organismo vivo que para sua própria sobrevivência tinha de crescer, ou seja, conquistar outros espaços, o que justifica diretamente a afirmação de Ratzel, de que “espaço é poder”, é de Mackinder a seguinte afirmação: “Quem dominar a Europa oriental dominará o coração continental; quem dominar o coração continental controlará a ilha-mundo”. Isto é, já em 1904 notava-se que o estudo regional da geopolítica era crucial para a obtenção de vantagens estratégicas sobre os demais Estados (Moreira, 1994).

Mackinder foi o grande formulador da teoria geopolítica e geoestratégica do poder terrestre, que postulava essencialmente a concorrência entre as grandes potências pela hegemonia mundial. Em suma, seria a rivalidade entre o poder marítimo, como proposto por Mahan. Segundo Mahan, devido ao planeta ser predominantemente composto por água, sua teoria resumia-se à interconexão de todos os mares dos continentes, indicando que todos os mares estão conectados.

Além disso, é importante destacar que as ideias de Mackinder e Mahan desempenharam papéis significativos na formulação de estratégias geopolíticas ao longo do século XX, influenciando as percepções sobre o equilíbrio de poder global e as disputas pela supremacia tanto em regiões terrestres quanto marítimas.

Em oposição, Mackinder sua teoria foi fundamentada na perspectiva de que o mundo se transformou em um sistema fechado, no qual eventos em qualquer ponto poderiam desencadear repercussões em diversas esferas (política, diplomática, econômica, militar) ao redor do globo. A observação central destacou que aproximadamente 75% do planeta consiste em água, enquanto

apenas 25% são terras emersas, onde comunidades e Estados têm sua existência.

Desse último percentual, menos de 20% está concentrado nas regiões da Europa, Ásia e África, denominadas “Ilha Mundial” ou “Ilha do Mundo”, onde reside a maior parte da população global e ocorreram eventos históricos de grande relevância. Estas regiões, por sua vez, detêm a maior parcela de poder terrestre. As demais áreas emersas, como as Américas e a Austrália, foram categorizadas como “Ilhas do Exterior” (Tosta, 1984).

Em sua obra notável, “O Pivô Geográfico da História” (1904), Mackinder delineou uma área central básica, a área pivô, localizada dentro da “Ilha Mundial” (*World Island*), abrangendo partes da Europa e Ásia. No cerne dessa área pivô encontra-se o *Heartland*, a “terra-coração”, dominada principalmente pela Rússia, representando o epicentro do poder geoestratégico global, correspondente à atual Europa Oriental. Essa concepção fornece um quadro teórico para entender a dinâmica geopolítica, destacando regiões cruciais e seu papel na configuração do equilíbrio de poder global.

Quando Putin assumiu o poder no final de 1999, inicialmente como primeiro-ministro e depois como presidente, deparou-se com uma Rússia profundamente desestabilizada. O Estado estava enfraquecido em suas funções típicas, com falta de controlo sobre a principal fonte de renda, as receitas com matérias-primas.

A administração enfrentava corrupção generalizada e nepotismo. No cenário internacional, os Estados Unidos da América – EUA e aliados europeus ampliavam sua influência, especialmente em ex-repúblicas da URSS, expandindo a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN para países como Polónia, República Tcheca e Hungria. Corredores energéticos alternativos eram estabelecidos, bases militares para escudos antimísseis eram instaladas, e o apoio a movimentos separatistas contribuía para uma imagem negativa da Rússia na região.

Além de encerrar uma perspectiva geopolítica, a Rússia reativa o seu potencial estratégico, onde denota-se claramente uma atitude do atual governo Putin em relação ao ocidente em resposta às humilhações impostas ao seu país desde o fim da Guerra Fria (1989), como por exemplo com a expansão da OTAN

e da União Europeia – UE na esfera tradicionalmente de influência russa (Miguel, 2007).

A atuação da Rússia também se enquadra no realismo político no Sistema Internacional. Conforme as premissas que guiam o realismo político contemporâneo e considerando a aspiração inerente dos líderes nacionais pela obtenção de poder, Morgenthau, (2003) questiona em sua obra seminal se é possível duvidar seriamente que a política internacional, em sua essência, não seja caracterizada pelo que é comumente referido como “política de poder”.

Conforme argumentado pelo autor, a política internacional transcende instituições, sistemas e normas legais, uma vez que seu cerne é a primazia do aspecto político sobre todas as outras facetas que a compõem, incluindo economia, cultura e militarismo. Além disso, destaca-se a imperativa necessidade de esclarecer as forças constantemente interagindo nesse cenário. Isso implica compreender as características, interesses, perfil e *status* que as nações possuem em determinado período histórico, considerando o impacto e as consequências de suas ações na arena internacional.

Adicionalmente, é crucial salientar que, independentemente dos propósitos da política internacional, no contexto do realismo político, o poder assume o papel central como elemento-chave e objetivo imediato. Se os povos e os líderes nacionais buscam, em última instância, a liberdade, segurança, prosperidade, ideais religiosos, ambições económicas ou uma filosofia de vida, a concretização desses ideais implica, invariavelmente, em libertar-se de alguma entidade, assegurar-se contra alguém ou algo, prosperar em relação a outros, priorizar sua religião sobre outras, tornar-se economicamente mais rico em relação a outros mais pobres e colocar sua filosofia de vida acima de outras filosofias.

Segundo essa dialética, conforme Morgenthau, (2003), “*sempre que [as nações e seus líderes] buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, elas estarão lutando por poder*”.

A geopolítica e o realismo político estão intrinsecamente ligados, formando uma abordagem integrada para compreender as relações internacionais. Ambas as teorias compartilham a premissa fundamental de que o comportamento dos

Estados é moldado pela busca pelo poder e pela promoção de seus interesses nacionais.

Enquanto à primazia do poder a geopolítica enfatiza a importância da geografia, localização e recursos naturais na determinação do poder e da influência dos Estados. A teoria geopolítica, especialmente conforme desenvolvida por Halford Mackinder, destaca como certas regiões-chave, como o *Heartland*, têm um significado estratégico crucial para o controle global.

O realismo político destaca a primazia do poder como motivador central nas relações internacionais. De acordo com Morgenthau e outros teóricos do realismo, os Estados agem na busca de maximizar seu poder relativo, garantindo sua segurança e sobrevivência no sistema internacional.

Quanto à competição e conflito, a geopolítica a competição por recursos estratégicos, rotas comerciais e posições geográficas importantes é central na geopolítica. A teoria de Mackinder, por exemplo, prevê a competição pelo controle do *Heartland* como um elemento-chave nas relações globais. O realismo político postula que a anarquia no sistema internacional, a falta de uma autoridade central, leva à competição e, por vezes, ao conflito entre os Estados. A ênfase é colocada na necessidade de autopreservação e, portanto, na preparação militar.

Quanto à auto interesse nacional na geopolítica os Estados são vistos como atores esboçam racionais que agem em seu próprio interesse nacional, levando em consideração fatores geográficos. As decisões estratégicas são moldadas pela posição geográfica e pela busca de vantagens territoriais. O realismo político destaca que os Estados são motivados pelo interesse nacional. As decisões políticas e estratégicas são orientadas pela maximização do interesse próprio, com uma ênfase particular na segurança nacional.

Na perspectiva da ênfase no Estado, a geopolítica considera o Estado como o principal ator na arena internacional, cujo comportamento é fortemente influenciado por fatores geográficos. O realismo político coloca o Estado como o ator central nas relações internacionais, buscando seu próprio interesse e poder relativo.

No que concerne o conceito de equilíbrio de poder na geopolítica a competição por poder entre diferentes regiões é um elemento central na

geopolítica, e o equilíbrio de poder é frequentemente um resultado desejado. O realismo político enfatiza a importância do equilíbrio de poder como um fator estabilizador nas relações internacionais, onde nenhum Estado deve se tornar excessivamente dominante.

Portanto, a inter-relação entre a geopolítica e o realismo político oferece uma lente abrangente para entender as dinâmicas complexas que moldam o comportamento dos Estados no cenário mundial. Ambas as teorias destacam a importância do poder, interesse nacional e competição como forças motrizes nas relações internacionais.

As Relações de Poderes no Sistema Internacional

As relações de poderes no Sistema Internacional são vistos e definidas de várias maneiras diferentes tais como poder como uma meta dos Estados ou líderes; poder como uma medida de influência ou controle sobre resultados, eventos, questões e atores; poder como se refletisse uma vitória em algum conflito e a obtenção de segurança; e, poder como controle sobre recursos e capacidades.

O Sistema Internacional é caracterizado como anárquico, conforme postulado pela teoria realista, no sentido de não existir um Estado supremo capaz de impor sua soberania sobre os demais. Nesse contexto, a anarquia implica que os Estados operam em um ambiente onde não há uma autoridade central que possa regular suas interações.

Isso significa que, em última instância, cada Estado deve depender de sua própria capacidade de autopreservação e busca de interesses, resultando em um cenário onde a competição e a busca pelo poder são características centrais das relações internacionais.

Essa ausência de uma autoridade superior também é vista como uma das razões subjacentes para a persistência da possibilidade de conflitos entre os

Estados, conforme argumentado pelos teóricos realistas como Kenneth Waltz. Kenneth Waltz desempenhou um papel crucial na disseminação do conceito de anarquia no vocabulário das Relações Internacionais durante a segunda metade do século XX.

O teórico norte-americano apresentou uma tipologia que distingue três níveis, ou as três “imagens”, onde podem ser identificadas as causas das guerras entre Estados. A “primeira imagem” argumenta que a guerra deriva da constituição e natureza humanas, enquanto a “segunda imagem” localiza as causas da guerra no nível da instituição do Estado. Por sua vez, a “terceira imagem” postula que as guerras derivam da própria estrutura anárquica do sistema internacional.

Waltz, (2018) posiciona-se dentro desta última “imagem”, sustentando que a recorrência histórica dos conflitos internacionais se deve, sobretudo, ao contexto internacional anárquico no qual os Estados operam. Devido à ausência de uma entidade hierarquicamente superior, cada Estado, em última instância, depende apenas de seus próprios esforços para garantir qualquer forma de sucesso em possíveis conflitos com outros Estados. Para Waltz, enquanto a anarquia persistir entre as unidades estatais, a guerra permanecerá uma possibilidade constante.

É nesta ordem de ideias e de manifestações das várias formas de poder no Sistema Internacional na relação entre os Estados que decorre a atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O alargamento da OTAN, por exemplo, representa essa necessidade de os Estados Unidos da América continuar e pretender assumir o Sistema de Poder Mundial como unipolar, essa tendência vem de razões históricas decorridas da Guerra Fria, onde o mundo esteve dividido em dois grandes blocos, travado pelas duas grandes superpotências da altura, nomeadamente os EUA e a ex-União Soviética, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo.

No período da Guerra Fria os Estados Unidos da América usaram a chamada Teoria de Contenção. O termo “Contenção” surge pela primeira vez no artigo intitulado “The Sources of Soviet Conduct”, publicado na revista *Foreign Affairs*, em julho de 1947, sob o pseudónimo de Sr. X. Assim, embora já simbolizados pelo discurso de Truman em março, os princípios e os objetivos da

nova grande estratégia de segurança norte-americana encontraram sua elaboração mais bem-acabada na publicação do artigo de George Kennan, diplomata do Departamento de Estado norte-americano.

É, portanto, a partir de 1947, com o discurso de Truman e o lançamento de “Sources”, que a Doutrina da Contenção caminhava para se tornar o guia e o referencial central para a política externa dos EUA entre os anos de 1947 a 1989:

Na presidência Truman (1945 a 1953), podemos considerar que foram lançados os princípios clássicos da contenção, definindo-se a maneira como a Guerra Fria ia ser desenvolvida, havendo grande consenso quanto a métodos, formas de ação e valores associados ao internacionalismo norte-americano (PECEQUILO, 2003, p.169).

Desta feita, recuperando a Teoria da Contenção para a atualidade, em uma época em que a Ucrânia se assume como o palco da tendência da nova Guerra Fria, e desta vez com o envolvimento direto de umas das potências, podemos assim fundamentar que a entrada da Finlândia na OTAN, diríamos que, em parte os Estados Unidos da América continuam a expandir as suas zonas de influência e de geoestratégia a fim de evitar com que as outras potências, concretamente, a Rússia surja na Ordem Internacional a fim de ameaçar o seu monopólio.

Portanto, apesar da Finlândia não ser uma das potências emergentes de grande porte como a China e outras, é sempre um país a considerar. Mas uma forma de fechar ou conter qualquer tentativa da expansão russa, trata-se de uma contenção preventiva.

A Teoria da Contenção de Nicholas Spykman, concretamente, tido como *Rimland*, em suma, a sua formulação teórica, conhecida como a Teoria do *Rimland*, apontava que o objetivo da política de segurança dos Estados Unidos deveria ser o controlo da orla do continente da Eurásia nos seguintes pontos: na Europa Ocidental, na Ásia Oriental e no Oriente Médio, com o objetivo primordial de controlar qualquer poder emergente vindo do *Heartland*.

Assim os Estados Unidos da América escolhem quais países podem se os seus aliados estratégicos e quais podem atender de acordo as necessidades sem anexar terras ou conquistar terras, mas apoiando os governos de países aliados, necessários estalando bases militares sem uma intervenção direta.

Entendemos que a destituição da União Soviética dói muito à Rússia. Tal como a Alemanha se sentiu humilhada após a I Guerra Mundial, a Rússia parece que quer recuperar o orgulho Soviético. E sabe que sua soberania é cada vez mais beliscada com a aderência dos países que antes eram parte da União Soviética, hoje estão indo para OTAN o que a Rússia vê como uma ameaça para sua segurança nacional, e a recente entrada da Finlândia a OTAN confirma bem o que estamos a dizer.

A fronteira da Ucrânia com Rússia é calcanhar de Aquiles para Rússia, quer dizer, a Ucrânia é a fronteira Ocidental da Rússia. Por razões históricas, desde a invasão napoleónica, em 1812, que essa zona tem servido de base para segurança da Rússia. Agora imaginemos essa zona à mercê da OTAN? Como o próprio Putin disse “como os Estados Unidos da América reagiriam se nós colocássemos mísseis na sua fronteira com o Canadá”?

Visto que é a estrutura internacional anárquica que, segundo o teórico, fundamentalmente condiciona a conduta das unidades estatais, sua teoria busca isolar os efeitos específicos dessa estrutura sobre essas unidades. Nas palavras de Waltz, a anarquia possui um efeito altamente uniformizador sobre as ações e o comportamento dos Estados, sendo responsável pela notável constância na textura da política internacional ao longo de toda a sua história.

As relações que prevalecem internacionalmente raras vezes se alteram no tipo ou na qualidade. Em vez disso, são marcadas por uma persistência estonteante, uma persistência que devemos esperar que dure enquanto nenhuma das unidades competidoras for capaz de converter a arena internacional anárquica numa arena hierárquica (WALTZ, 2002, p. 96).

Essa abordagem teórica destaca a influência preponderante da anarquia na configuração do comportamento dos Estados em um sistema internacional onde a ausência de uma autoridade central molda consistentemente a dinâmica das relações internacionais.

É importante trazer à colação o Estreito de Kerch que conecta o Mar de Azov com o Mar Negro. Isso constitui um elo vital na cadeia que liga a Rússia ao Mediterrâneo. Graças a este estreito, a Rússia pode tirar recursos do Mediterrâneo. Reza a história que este Estreito tem sido motivo de inúmeros

conflitos, culminando por fim com a anexação da Crimeia ao território russo, em 2014.

Portanto, este Estreito possui grande importância geopolítica e geoestrategicamente para o território russo, trazendo aqui os fatores geopolíticos, pois permite a conexão de relacionamento da Rússia com as grandes rotas de suprimento marítimo, possibilita acesso às costas oposta, facilitando a interação da Rússia com a parte leste da Europa; com o norte de África e com o Este da Ásia.

Esta Estreito por exemplo, à mercê da OTAN, com a possível entrada da Ucrânia na OTAN, fica óbvia que a Rússia fica condicionada, sem acesso o Mar de Azov, Mar Negro e Mediterrâneo, e para um país que vai ganhando protagonismo e se assumindo com potencial mundial na Arena Internacional isso construiria uma derrota.

Em um primeiro momento as Mídias, alguns especialistas das relações internacionais abordavam o fim da Rússia ou a derrota aquando do ataque à Ucrânia. Mas podemos afirmar que a invasão russa geopoliticamente e geoestrategicamente significam um dos maiores eventos contra a Ordem Mundial, depois da Segunda Guerra Mundial, estabelecida pelo *status quo* da OTAN, pois a Ordem Mundial estabelecida pela OTAN favorece, em primeiro lugar, os Estados Unidos da América, e, em segundo, os seus aliados.

Essa Ordem Mundial se resume os outros Estados seguirem o que é ditado pela OTAN, ou seja, o que é e o que não é permitido na Ordem Mundial, praticamente a Ordem Mundial foi estabelecida pelos Estados Unidos da América e pela Europa Ocidental ditando quais guerras e anexações não seriam mais adequados com o contexto atual.

Afirmarmos que a Ordem Mundial é o que é ditado pela OTAN e Europa Ocidental porquê foi justamente estes que, de acordo com alguns antecedentes históricas começaram a violar a ordem estabelecida por eles mesmos. A invasão de março de 2003 liderada por Estados Unidos da América e Reino Unido levou o Iraque ao caos, posteriormente, em 2011 se repete praticamente com a OTAN na Líbia com bombardeamentos. Então a Rússia surge como um Estado fora desse

eixo a fazer o mesmo com a Ucrânia ao sentir que o Ocidente estava-lhe cercando e ameaçando a sua “boca geopolítica”.

Uma corrente da escola de pensamento geoestratégico americana personificada pelo falecido Brzezinsk considera a Ucrânia um pivô geopolítico. Pivôs geopolíticos são Estados cuja importância resulta não do seu poder, mas da sua localização e do modo como podem afetar o comportamento dos atores geoestratégicos. A Ucrânia proporciona um escudo defensivo vital para a segurança da Rússia, para além de outros aspectos mais complexos de natureza histórica, cultural e política. A identificação e controlo destes pivôs tornou-se, segundo Brzezinski, um aspecto crucial da geoestratégia norte-americana do pós-Guerra Fria.

A óptica geopolítica que podemos trazer aqui sobre as consequências desses fenómenos é que a Ordem Mundial já não será o mesmo. E as consequências podemos começar por dizer, é as constantes tensões entre os Estados emergentes que vão buscando se impor na Ordem Mundial. A tensão decorrente no Estreito de Taiwan que envolve a China, os Estados Unidos da América e a Ilha de Taiwan é um exemplo notável de que o Sistema Internacional ao longo dos últimos anos tem mostrado sinais de que o mundo precisa de um novo Sistema de Poder, um sistema de poder não monopolizado, mas compartilhado.

O Estreito de Taiwan, ou seja, as constantes manobras de guerras e dissuasão que acontecem neste Estreito demonstram uma certa prudência e respeito entre os Estados envolvidos.

Com o cenário de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o agrupamento BRICS volta a ser pauta na agenda internacional. As sanções dos países ocidentais contra a Rússia acabaram suscitando maiores aproximações dos atores russos com os outros membros do agrupamento, visando impedir um isolamento político e económico. Geopolítica e geoestrategicamente compreender a atuação, o aumento da influência da China na dinâmica do agrupamento BRICS, considerando a preponderância económica e a crescente relevância do país asiático nas instituições internacionais é importante para o estudo das relações internacionais.

O BRICS voltou a sua ideia inicial de BRICS Plus. Relacionado a isso, a ideia de expansão dos membros do BRICS merece atenção. A iniciativa do BRICS Plus foi introduzida pela China em 2017, após críticas ao agrupamento por ser analisado como um clube exclusivo, com o objetivo de aumentar o diálogo e a cooperação com outros países em desenvolvimento. Após 5 anos, a Cúpula do BRICS na China de 2022 foi marcada pelo convite de líderes externos, sendo a primeira vez que países que não fazem parte do arranjo são convidados para a reunião de líderes, conforme Vásquez, (2022).

O principal objetivo da ideia de expansão é *“fortalecer o diálogo e a cooperação entre o BRICS e outros mercados emergentes e países em desenvolvimento, facilitar a criação de relações de parceria mais amplas e estimular o desenvolvimento conjunto e a prosperidade em formatos mais amplos”* (Lukin, Xuesong, 2019, p. 8, tradução própria), refletindo assim um espírito de cooperação e uma influência positiva deste formato.

Dessa maneira, é importante refletir que ao mesmo tempo que o BRICS Plus apresente uma plataforma para os países em desenvolvimento, possibilitando que estes consigam aumentar sua representatividade na governança global, conforme Ying, (2022), esse processo de expansão também demonstra interesses económicos e geopolíticos por parte da China. Como nos referimos a cima, a manifestação do poder no Sistema Internacional acontece de várias formas, e uma delas é através do poderio económico e a capacidade de influenciar outros Estados.

As ações dos Estados Unidos da América e seus aliados tem, até certo ponto, influenciando as respostas que recebe de outro lado, e o BRICS é um dos exemplos, com as diversas sanções que a Rússia está a sofrer devido à guerra, a resposta não poderia ser outra, se não lutar com o que pode, é assim que existe a intenção da Rússia, China, Brasil e outros Estados banirem o dólar como a moeda de troca obrigatória nas transações comerciais entre eles.

Isso seria/é uma forma de também mostrar e manifestar o poder a nível internacional. Essa resposta do BRICS constitui um eventual fim da soberania do dólar para transações internacionais.

Os esforços para colocar o dólar de escanteio partem principalmente da China. Afinal, o país tem ampliado sua presença económica com a Nova Rota da Seda, um plano de financiar infraestrutura em países com baixo desenvolvimento.

E o país que apoiaria com grande pujança a China seria a Rússia uma vez que vem sofrendo sanções económicas e políticas por parte do Ocidente e dos Estados Unidos da América. Cabe destacar, em especial, que as exportações de petróleo e gás, a grande fonte de receita forte da economia russa, foram prontamente recambiadas dos países europeus para a Índia e a China. A alta dos preços não apenas anulou os efeitos das sanções, como elevou as receitas, se comparadas às de 2021.

Desta feita, concordamos com Duchiade, (2022) quando afirma que é falsa e desprovida de qualquer sentido geopolítico, a ideia de que o mundo deixou de se organizar em torno de áreas de influência. De facto, as grandes potências possuem áreas de influência no seu entorno territorial, às quais maior dedicação em termos de projeção de poder, duro ou suave, ocorrerá à medida que essa mesma potência possuir pretensões próprias em relação à sua ascensão no sistema internacional. Daí que, de um lado, vemos a OTAN e o Ocidente e, do outro, o BRICS. Cada um atuando na sua área de influência e tentando conquistar novas áreas de influência.

Conclusão

De acordo com as breves incursões que apresentamos ao longo da exposição do nosso tema, tivemos como a base da nossa conclusão as seguintes ideias:

- Numa análise abrangente que incorpora elementos da geopolítica, do realismo político e da teoria de Waltz sobre a anarquia, emerge um panorama teórico que oferece insights valiosos para a compreensão das relações internacionais;
- A geopolítica, como moldada por pensadores como Mackinder, destaca a importância da geografia e da distribuição de recursos no cenário global. A influência desses fatores na política internacional é inegável, e a busca pelo controle de áreas estratégicas continua a ser um componente crucial nas estratégias dos Estados;

- O território da Ucrânia é o terreno onde está a decorrer o conflito bélico, mas a guerra na Ucrânia vai muito além da dimensão militar. O próprio desenvolvimento desse conflito, aliás, permite refletir sobre a natureza e as tendências da guerra contemporânea e projetá-las para o futuro. Podemos dizer que, mais que nunca, a “guerra não guerra”, ou a dimensão não militar da guerra, por vezes toma tanta preponderância quanto o engajamento bélico entre as duas partes em confronto;
- Todas essas sucessões de eventos vão alterar completamente a forma de olhar para os principais países envolvidos, seus aliados e alterar provavelmente a Ordem Mundial.

Num cenário internacional onde a geopolítica, o realismo político e a anarquia coexistem, a busca pelo equilíbrio de poder, a competição estratégica e a adaptação contínua emergem como temas recorrentes. Essas lentes teóricas proporcionam um arcabouço robusto para entender os desafios e as oportunidades que permeiam as relações internacionais, fornecendo uma bússola teórica para analisar o mundo complexo em que vivemos.

Referências bibliográficas

DUCHIADE, André. 2022. “As áreas de influência não existem mais’, diz embaixador da União Europeia no Brasil”. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/05/as-areas-de-influencia-nao-existem-mais-diz-embaixador-da-uniao-europeia-no-brasil.ghtml> (Acesso em: 25.05.2022).

LUKIN, Alexander; XUESONG, Fan. What is BRICS for China? Strategic Analysis – Institute for Defence Studies and Analyses, 2019.

MIGUEL, O regresso da Rússia e a Europa. 2008. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-12,a2064> (Acesso em: 20.06.2023).

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. * Trad.: Oswaldo Biato. Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança? Editora UFRGS. Porto Alegre. 2003.

TOSTA, Octávio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro - RJ: Biblioteca do Exército, 1984.

VAZQUEZ, Karin Costa. Expansion of BRICS to boost China's influence? Here's what expert says. [Entrevista concedida a] Huma Siddiqui. Financial Express, June 13, 2022. Disponível em: <https://www.financialexpress.com/defence/expansion-of-brics-to-boost-chinas-influence-heres-what-expert-says/2558910/> (Acesso em: 20.06.2013).

WALTZ, K. (2018). Man, the State, and War: A Theoretical Analysis (Anniversary Edition). New York: Columbia University Press.

YING, Liu. O BRICS e a governança global. Evento realizado pelo CEBRI, no dia 07 de julho de 2022.

A Sociologia dos Movimentos Sociais e a Sociologia Política Internacional

Bruno Veillard⁶

Resumo

O artigo possui o objetivo de realizar um diálogo interdisciplinar entre as Relações Internacionais e a Sociologia. A partir da perspectiva dos Movimentos Sociais avança-se na ponderação das conexões existentes entre as ações da sociedade civil e as lutas políticas, às quais perpassam as relações entre o âmbito doméstico e o âmbito internacional. Por fim observa-se que as contradições e interdependências de ambas as áreas constituem-se em elemento central, pois proporcionam o pensar de soluções coletivas para além das fronteiras nacionais, e, sobretudo, a ascensão da Sociologia Política Internacional, tal como sub-disciplina que permite a análise de contextos e tomada de decisões mais eficazes.

Palavras-chave: Sociologia; Movimentos Sociais; Relações Internacionais; Sociologia Política Internacional; Diálogo.

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão teórica entre as disciplinas de Sociologia dos Movimentos Sociais e de Relações Internacionais com o propósito de analisar as confluências no âmbito do fenômeno da globalização. Dar-se-á ênfase nas contribuições autorais de (GOHN, 2011), (VIEIRA, 2011), (VIEIRA; ROEDEL 2002) e (BRINGEL; MUÑOZ, 2010) na área de Sociologia, e de (COHN, 2003), (FREUND, 2003), (BIGO, 2013), (HOLEINDRE, 2012), e (CÁPRIO, 2011) na área de Sociologia Política Internacional (SPI). Como hipótese de pesquisa privilegia-se a indagação: é possível um diálogo entre as disciplinas de Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais ?

⁶ Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Sociologia Política pelo UCAM-IUPERJ

A Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais

O que é um movimento social ? É basicamente um grupo que luta a favor de determinado interesse e que não faz parte da estrutura do Estado. Nessa linha observa-se diversas vertentes de atuação cujo início envolveu uma abordagem íntima com o território, ou seja, os movimentos sociais intensificaram-se a partir de um estado de disputa de poder dentro do próprio Estado.

As ações coletivas buscam emancipação social e a oportunidade de aplicação de suas propostas democráticas, por vezes contesta pela oposição de terceiros grupos, no âmbito do espaço do Estado. Dessa forma emergem categorias discursivas que visam lutar a favor de uma cidadania, sustentabilidade, justiça social as quais prezam pela valorização de identidades, conforme (GOHN, 2011, p.3) afirma:

Cada grupo atua em seu espaço – territorial/geográfico, linguístico, étnico, socioeconômico; com seus problemas, interlocutores, políticas, mediações, etc. Alguns movimentos autodenominam-se como movimentos territoriais. Ou seja, o território torna-se um referente central para os projetos de agregação das ações coletivas.

Na atualidade persistem as práticas de movimentos sociais com ênfase no território, entretanto uma perspectiva diferente começou a surgir como forma de resistência a orientação liberal e de mercado com o objetivo de construção de alternativas frente a dominância não somente do Estado nacional, mas também das instituições multilaterais.

Esses movimentos receberam a titulação de antiglobalização e ampliam-se a partir dos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. O movimento antiglobalização aglutinou diferentes grupos de causa os quais possuíam como descontentamento básico a atribuição dos supostos efeitos negativos do neoliberalismo, conforme (BRINGEL;MUÑOZ, 2010, p.29) afirmam:

Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como

um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multireferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam.

De acordo com (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p.30) a composição identitária do movimento é múltipla e perpassa o entendimento tradicional, pois abrange a percepção de eixos ideológicos e graus de institucionalização distintos, um posicionamento em relação ao Estado bastante heterogêneo, e uma concepção discrepante muitas vezes com a própria realidade geográfica. Ou seja, são partidos políticos, sindicatos, associações, e indivíduos de tendência política socialista, e com afinidades variantes entre a social-democracia e o anarquismo que atuaram, em Seattle, originários por vezes de culturas políticas opostas da defesa de seus interesses.

A inserção dos movimentos sociais no contexto internacional não representa um esgotamento das possibilidades de disputa no Estado, mas, sim, um aperfeiçoamento dos modos de operacionalização dos grupos de interesse muitas vezes com forte associação partidária e socialista em suas origens históricas, conforme (GOHN, 2011, p.5) destaca: *“O autor destaca a questão da autonomia como um problema-chave – a debilidade da autonomia em relação às estruturas de poder, porque existia, segundo Mirza, um vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos”*.

Ainda na linha de estímulo de movimentos sociais reestruturados contra a perspectiva neoliberal (VIEIRA; ROEDEL, 2002, p.29-30) apontam que a globalização favorece a alienação de quem trabalha e transforma o homem em mercadoria para o capital, visto que:

Apesar da conjuntura desfavorável que o consenso neoliberal erigiu no mundo “globalizado” [...] a continuidade da luta de classes resultou em reestruturação dos movimentos políticos de esquerda, não mais centrados, unicamente, em sindicatos ou partidos políticos, mas sim na constituição de movimentos sociais cuja bandeira de luta, em um primeiro momento, não se prende à tomada do poder pela via revolucionária, defendendo sim, rupturas com determinadas instâncias da sociedade capitalista.

Compreende-se que a pauta dos movimentos antiglobalização constituem-se menos de perspectivas ideológicas e mais de pragmatismo, visto que a carência de diálogo mútuo e o funcionamento da própria lógica neoliberal e dos movimento sociais tendem a causar um entorpecimento de sentidos entre os atores.

Algumas visões de mundo adotam o entendimento da existência de um enfraquecimento do Estado a favor das instituições multilaterais, enquanto outros advogam a ascensão de uma sociedade civil global, entretanto percebe-se que um dos principais fatores para a discordância é o desconhecimento da linguagem da Sociologia dos Movimentos Sociais (SMS) e das Relações Internacionais (RI) pelos sujeitos atuantes nas respectivas disciplinas.

No tangente a situação (VIEIRA, 2011, p.2) salienta duas perspectivas: o recuo da capacidade do Estado como agente de decisão política, seja pela emergência do poder financeiro, ou mesmo da transferência de parcela do poder estatal para organizações internacionais, e a ascensão de uma sociedade civil global encabeçada por valores universais e ao mesmo tempo engajada na luta por interesses coletivos.

Neste quesito entende-se que a maior das dificuldades para a compreensão da dicotomia globalização e antiglobalização são os postulados disciplinares que balizam a SMS e as RI's. Ambos possuem o Estado como ator principal, mas divergem na percepção de atuação a exemplo da questão das organizações internacionais.

Para os sociólogos políticos as instituições multilaterais são vistas como entes supranacionais as quais devem obrigar os Estados a tomarem certas atitudes, entretanto esta é uma visão distorcida da realidade das Relações Internacionais, visto que somente a União Europeia (UE) possui parte de seu ordenamento jurídico na supranacionalidade, e, portanto, tem poder para obrigar um Estado a seguir suas regras. No âmbito geral não existem mecanismos obrigatórios ao Estado, ou seja, a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, não tem papel de política internacional.

Os movimentos sociais incorporam a concepção de que as instituições internacionais impõem suas diretrizes neoliberais sobre os demais Estados e aglutinam essa visão ao movimento antiglobalização, todavia é justamente essa

a falta de compreensão que vê-se como prejudicial ao êxito pleno, visto que elas estão em desarmonia com a realidade.

O oposto também constitui-se em fator de alerta, já que em Relações Interacionais o Estado tem primazia da atuação, e o papel dos indivíduos e de entidades coletivas é posto em segundo plano. As Organizações Não Governamentais (ONG'S) e diversos movimentos sociais utilizam estratégias de constrangimento para produzirem efeitos de boomerang (VIEIRA, 2011, p.8), porém o espaço para o debate exclusivo com o terceiro setor é pequeno, e permanecerá limitado caso a linguagem continue a permanecer difusa pelo advento da heterogeneidade.

A construção de uma governança e de sociedade civil global encontra-se em andamento, mas as mesmas não possuem poder para fazer cumprir os seus anseios, pois o plano internacional é regido pelos Estados e o caráter universalista dos movimentos sociais tende a chocar-se com terceiras perspectivas culturais, conforme (VIEIRA, 2011, p.4) afirma:

Embora alguns autores utilizem o termo global referindo-se a estas ações, muitos ressaltam que o termo global deveria se referir especificamente a relações que envolvessem o mundo como um todo [...] o que há são relações que ultrapassam fronteiras nacionais, mas que frequentemente deixam de fora partes substantivas do planeta como, por exemplo, o Oriente Médio e a África Sub-saariana.

A Sociologia Política e a Sociologia Política Internacional

A sociologia compreensiva de Max Weber constitui-se em fator preponderante para o entendimento do papel dos indivíduos na sociedade, pois a análise centra-se a partir da afirmação de inexistência de verdades absolutas, e dá ênfase a compreensão interpretativa da ação social, conforme (COHN, 2003, p.26): *“Para Weber a Sociologia é ‘uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e, por essa via, para a explicação causal dela no seu transcurso e nos seus efeitos’”*.

O conceito de ação social weberiano dá primazia a ação dos indivíduos na esfera social por serem os sujeitos capazes de gerar a produção de sentido. (COHN, 2003, p.29). Nessa perspectiva a abordagem de Weber introduz uma

valorização do indivíduo pelas vias da metodologia, visto que para o mesmo somente o homem é capaz de dar sentido a ação social, conforme (FREUND, 2003, p.72 e 73-74): *“Diferentemente da explicação puramente naturalista, o objetivo peculiar à compreensão é sempre captar o sentido de uma atividade ou de uma relação. [...] Compreender, pode-se dizer, é captar a evidência ao sentido de uma atividade”*.

A atividade social é o âmago do pensamento de Weber sobre o comportamento dos indivíduos e seus reflexos para as interpretações sociológicas, visto que, conforme (FREUND, 2003, p.78):

Entendemos, diz Weber, por atividade um comportamento humano [...]. sempre que o agente ou os agentes lhe comunicam um sentido subjetivo. Por atividade social entendemos a que, segundo o sentido visado, o agente ou os agentes relacionam com o comportamento de outrem para orientar, em consequência, seu desenvolvimento.

Percebe-se que a lógica da sociologia compreensiva é analisar as questões a partir da produção de sentido das ações sociais, e dessa forma produzir conhecimento mediante ao respeito da autonomia das esferas científicas. Entretanto percebe-se que na atualidade as disciplinas científicas tornaram-se fechadas em si mesmas cujo resultado dificulta a ampliação de novas percepções analíticas. Essa realidade é presente na Sociologia Política e nas Relações Internacionais devido ao apego aos paradigmas dominantes os quais conduzem a produção epistemológica da Sociologia a limitar-se ao aspecto doméstico estatal, e as Relações Internacionais a dificuldade de incluir maior integração com os fenômenos sociais.

Em meio a esse conflito discursivo que perpassa o interior e o exterior das referidas áreas de conhecimento apresenta-se a possibilidade de articulação entre ambas as disciplinas por meio de uma abordagem na Sociologia Política Internacional (SPI). Para tal observa-se o pensamento de Raymond Aron, um dos pioneiros na tarefa, o qual buscou formular um diálogo interdisciplinar fazendo uso das teorias weberianas com a finalidade de compreender os sentidos contidos nas ações dos atores, conforme (HOLEINDRE, 2012, p.41):

Assim, afirma prezar a epistemologia weberiana, considerando as ciências sociais como a compreensão dos sentidos das ações sem exigir o estabelecimento de leis nem a afirmação de um determinismo macroscópico. Para Aron, o grande mérito de Weber, comparativamente a Durkheim, é o de incluir na sociologia a ação política nas suas relações com o contexto social e as escolhas filosóficas últimas.

Para Aron o objetivo não é formatar um paradigma teórico capaz de identificar uma explicação única para os fenômenos internacionais, e, sim, tornar inteligível e compreensível os fatos políticos de acordo com o modelo weberiano, visto que sociologicamente os tomadores de decisão do Estado não cumprem suas funções sem terem valores, conforme (HOLEINDRE, 2012, p.43): *“Os grupos sociais, dentro de cada Estado, compõem o campo de força no qual se situa o diplomata; a representação do outro que cada um dos protagonistas tem em mente é um dos elementos da conjuntura; as organizações internacionais podem e devem ser analisadas segundo os métodos da sociologia”*.

Sociologia dos Movimentos Sociais e Sociologia Política Internacional

A SMS contribui para dinamizar os processos democráticos ao exporem pautas novas e reativarem causas antigas no interior dos Estados, entretanto a globalização possibilitou a transcendência do território e muitos movimentos tornaram-se transnacionais. Com o destaque para a atuação em redes os movimentos sociais lograram um espaço que o Estado-nação não explorou e ampliaram a perspectiva do exercício do poder, conforme afirma (CAPRIO, 2011, p.3): *“Não que a territorialidade tenha se dissolvido, mas ela foi atingida não apenas na sua pretensão de definir um quadro de soberania como também na sua vocação de controlar de forma determinante as ações e relações sociais”*.

O papel das redes transnacionais é um dos maiores propulsores dos movimentos sociais e ao mesmo tempo compartilha espaço de diálogo com a SPI, visto que ambos encontram-se entrelaçados pelo cosmopolitismo e pelas influências da globalização.

É exatamente nessa questão que observa-se a interdependência disciplinar e o olhar construtivista e empiricista da SPI (BIGO, 2013, p.179), ou seja, no sentido de desconstruir pretensões essencialistas, tal qual abrange o pensamento weberiano, e empírica com o propósito de fazer análises a partir de bases sociológicas e históricas a revés de categorizações abstratas. Epistemologicamente a SPI visa analisar as questões de modo transversal e

reflexivo sem a preocupação de antecipação das ações dos sujeitos, conforme afirma (BIGO, 2013, p.180):

O reconhecimento por parte dos autores contemporâneos de SPI de que elas [construtivismo e empiricismo] não podem existir independentemente uma da outra é o que vem tornando possível uma perspectiva diferente sobre como analisar “problemas”, concentrando-se em “práticas” específicas e sendo reflexivo sobre tais práticas, ao ponto de talvez des-disciplinar a pesquisa e abri-la na direção de uma interdisciplinaridade construída ao redor de uma abordagem relacional-processual.

Os movimentos sociais alcançam maior poder de decisão no plano internacional, à medida que conseguem dialogar com os entes oficiais, independentemente de serem esses Estados ou organizações internacionais, mas para tal é preciso que a interdisciplinaridade entre a SMS e a SPI ocorra e a perspectiva paradigmática e de teorias prontas não sejam os vetores chave para as análises.

A possibilidade de mudanças sociais somente pode ser feita mediante a modificação de determinado fator discursivo seja ele em nível doméstico ou no nível internacional, visto que é dessa forma que adquire-se poder para posterior uso, conforme afirma (CAPRIO, 2011, p.5): *“O poder na cena internacional contemporânea deve ser visto a partir da imbricação estabelecida entre atores públicos e privados, pois é no bojo deste processo que se dá a construção de relações de poder”*.

As ações que são feitas no plano internacional seguem regras análogas às que são produzidas no âmbito doméstico, e nessa questão transparece a importância não somente de uma confluência disciplinar, mas também da participação de setores da sociedade civil como entes impulsionadores da atividade social. O comportamento coletivo atribui com um sentido para as ações sociais no nível doméstico e internacional, e dessa forma permite-se que um entrelaçamento entre ambos os níveis ocorra, conforme (PUTNAM, 2010, p.151):

Na verdade, em quase todas as questões importantes, os tomadores centrais de decisão discordam a respeito do que o interesse nacional e o contexto internacional demandam. [...] Eles mostraram, como todo o negociador experiente, que o pressuposto do ator unitário é com frequência radicalmente enganoso.

No que tange a SPI o modelo da sociologia compreensiva é relevante, pois permite analisar os contextos incluindo percepções diferentes da realidade

social, e promove a articulação entre a Sociologia Política e a SMS ao analisar os elementos de contradição nas esferas de conhecimento, conforme (BIGO, 2013, p.176):

Ao trabalhar as contradições que são levantadas quando, por um lado, as RI não são tomadas como uma disciplina independente com seus próprios objetos e métodos e, por outro, a sociologia não reduz sua análise à sociedade dentro das fronteiras dos Estados, abre-se espaço para um entendimento da política que vai além daquele presente na ciência política.

Existem conexões de maior sofisticação entre a sociedade civil e o campo da política internacional as quais não escapam do âmbito dos conflitos e lutas políticas, visto que os sujeitos possuem seus interesses. (PUTNAM, 2010, p.150). A metáfora de Putnam sobre os jogos de dois níveis é funcional para todas as áreas que envolvem tensões e negociações, domésticas e internacionais, no âmbito da Sociologia Política e da SPI, visto que os atores demandam participação e reconhecimento de suas causas, conforme (MESQUITA, 2012, p.291):

Para o governo Lula, o diálogo do Governo Brasileiro com a sociedade civil tem sido importante no esforço de construção de relações internacionais politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas, e com a mudança conceitual mais setores da sociedade civil começaram a fazer parte do processo da política externa brasileira, participando de inúmeras atividades em conjunto com o MRE.

Conclusão

Conclui-se este trabalho retomando a hipótese apresentada a partir do questionamento de um possível diálogo entre a Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais o qual afirma-se ser verdadeiro mediante a confluência da globalização como espaço de meio para a atuação dos sujeitos. Entretanto ressalve-se que para a contribuição de análises mais ricas é preciso flexibilizar os eixos paradigmáticos da Sociologia Política e das Relações Internacionais com o propósito de construção de perspectivas na área de Sociologia Política Internacional. Dessa forma ambas as disciplinas poderão ter uma compreensão de maior sofisticação por meio do conceito de ação social de Weber, e terão modelos distintos para finalidades práticas com maior coerência.

Referências bibliográficas

BIGO, Didier. **A Sociologia Política Internacional da Grande Síntese:** como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol.35, n.1, janeiro/junho 2013, p.173-195.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. Ciências Sociais Unisinos 46 (1): 28-36, janeiro/abril 2010.

CÁPRIO, Marcos. **Sociologia das Relações Internacionais:** potenciais de uma abordagem, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, Mayo, 2011.

COHN, Gabriel. (org.). Max Weber: **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13). Editora Ática. São Paulo, 2003.

FREUND, Julien. “A sociologia compreensiva”. In: Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre os movimentos sociais:** o debate contemporâneo. Sociedade de Sociologia Brasileira (SBS), 2011.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. **Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais.** Relações Internacionais. Setembro: 2012 (35) pp. 35-45.

MESQUITA, Ribeiro Lucas. **Sociedade civil e Política Externa Brasileira:** os espaços participativos na PEB contemporânea. OIKOS, Rio de Janeiro, Vol. 11, n.2, 2012.

PUTNAM, Robert. **Diplomacia e Política Doméstica:** a lógica dos jogos de dois níveis. Revista Sociologia Política., Curitiba. Vol. 18, N.36, jun/2010.

VIEIRA, Costa da Antônio Fernando; ROEDEL, Hiran. Desafios dos movimentos sociais em tempos de globalização. Revista Outubro, n.7, 2002.

VIEIRA, Braga Flávia. Movimentos sociais e globalização: Novas formas de articulação internacional “Desde baixo”. XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba.